

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
RAÍSSA DE ABREU VILELA

ZYGMUNT BAUMAN E CONSUMO SUSTENTÁVEL:
NEXOS E CONVERGÊNCIAS CONCEITUAIS ENTRE AGENDAS

BRASÍLIA
2019

RAÍSSA DE ABREU VILELA

**ZYGMUNT BAUMAN E CONSUMO SUSTENTÁVEL:
NEXOS E CONVERGÊNCIAS CONCEITUAIS ENTRE AGENDAS**

Trabalho de conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Maurício de Carvalho Amazonas

BRASÍLIA

2019

RAÍSSA DE ABREU VILELA

**ZYGMUNT BAUMAN E CONSUMO SUSTENTÁVEL:
NEXOS E CONVERGÊNCIAS CONCEITUAIS ENTRE AGENDAS**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Maurício de Carvalho Amazonas (Orientador)
Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Andrei Domingues Cechin, (Examinador)
Faculdade de Economia da Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio durante a vida. Agradeço especialmente à minha mãe Izamara e ao meu pai, Raul, por todo amor e suporte.

Agradeço aos amigos que estiveram ao meu lado e me ajudaram em minhas reflexões sobre este trabalho, especialmente à minha querida amiga, Clara Iwanow. Também agradeço àqueles que estiveram presentes e contribuíram para o meu crescimento indiretamente.

Agradeço ainda ao meu orientador, Maurício Amazonas, por trazer contribuições muito relevantes e norteadoras, pelo seu excelente espírito de pesquisador, assim como por enxergar em mim o meu potencial, me fazendo acreditar que seria possível.

Agradeço, ainda, o curso de Ciências Ambientais e todos os professores que tive, que engrandeceram minhas perspectivas sobre a vida, sobre meio ambiente e sobre cidadania.

Por fim, agradeço ao Pedro Araújo, por me apoiar e auxiliar durante todo o trabalho, por todo amor, carinho, atenção e paciência, e pelas novas perspectivas que me traz todos os dias.

RESUMO

Com o papel central do consumo nas inter-relações sociais, culturais e políticas na atual fase da modernidade, diversas questões são levantadas acerca da insustentabilidade presente nessas práticas. Deste modo, é cada vez mais emergente a necessidade de se compreender os aspectos socioculturais determinantes das práticas de consumo, a fim de promover medidas efetivas para a promoção de mudanças nos padrões de consumo em busca de uma sociedade sustentável. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é investigar como as obras de Zygmunt Bauman podem contribuir para compreender a sustentabilidade na esfera do consumo, tendo em vista que o autor se dedicou a analisar essas práticas no contexto moderno. A partir disso, ao propor o termo “modernidade líquida”, Bauman busca esclarecer, no próprio nome, as questões intrínsecas na atualidade. Diante da efemeridade e da flexibilidade moderno-líquidas, os indivíduos estão sujeitos a incertezas estruturais. Além disso, questões como a construção da identidade e a comodificação dos indivíduos se tornam obrigações sociais dos membros da sociedade de consumidores individualizada. Nesse sentido, tendo em vista debates internacionais já estabelecidos sobre consumo e meio ambiente, o autor traz alguns pontos que permitem compreender com mais clareza questões que estão sendo negligenciadas ou propriamente abordadas. Para tal análise, foi necessário investigar onde se encontra as discussões sobre consumo verde e consumo sustentável, a fim de descobrir suas objeções e seus alcances. Nesse sentido, o relacionamento entre consumo e sustentabilidade vem evoluindo, ainda que com suas limitações, para uma proposta baseada na politização do consumo, chamada de consumo político. Nesse cenário, Bauman contribui para esclarecer alguns aspectos da modernidade líquida que dialogam com essas propostas emergentes.

Palavras chave: Consumo Sustentável, Consumo Político, Consumo Moderno.

ABSTRACT

With the central role of consumption in social, cultural and political interrelations in today's modernity, several questions about the present unsustainability in these practices are raised. Thus, the need to understand the sociocultural which affect consumer's practices is increasing in order to promote effective measures to promote changes in consumption patterns towards a sustainable society. In this sense, the objective of this research is to investigate how the papers by Zygmunt Bauman can contribute to understand the sustainability in the sphere of consumption, considering that the author was dedicated to analyze the modern consumption practices. From this, in proposing the term "liquid modernity," Bauman seeks to clarify daily modern issues. Faced with modern-liquid ephemerality and flexibility, individuals are up to structural uncertainties. In addition, issues such as the construction of identity and the commodification of individuals become social obligations for the members of an individualized consumer society. In this sense, considering the previous international debates on consumption and the environment, the author brings some points that allow us to understand with more clarity issues that are being neglected or properly addressed. For the purpose of the analysis, it was necessary to investigate the current status of the discussions on green consumption and sustainable consumption, in order to discover their objections and their scope. In this sense, the relationship between consumption and sustainability has evolved, albeit with its limitations, to a proposal based on the politicization of consumption, called political consumption. In this scenario, Bauman contributes to clarify some aspects of the liquid modernity that dialogue with these emerging proposals.

Key words: Sustainable Consumption, Political Consumption, Modern Consumption

LISTA DE ABREVIATURAS

- 10YFP – 10 Years Framework Program for Action on SCP
- CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
- CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente
- CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- DS – Desenvolvimento Sustentável
- MIT – Massachusetts Institut of Technology
- PIB – Produto Interno Bruto
- PCS – Produção e Consumo Sustentáveis
- OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Objetivo geral.....	10
Objetivos específicos.....	10
Metodologia	12
CAPÍTULO I	13
SOCIEDADE DE CONSUMIDORES NA MODERNIDADE LÍQUIDA	13
1.1. Contextualização: as duas fases da modernidade	13
1.2. O consumo na modernidade líquida	18
CAPÍTULO II	26
MEIO AMBIENTE E CONSUMO: DIÁLOGO SOBRE SUSTENTABILIDADE	26
2.1. A sustentabilidade no consumo moderno	26
2.2. Politização do consumo	36
CAPÍTULO III	46
CONSUMO POLÍTICO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	46
CONCLUSÃO	55

INTRODUÇÃO

As práticas de consumo, atualmente, possuem o papel central na vida dos indivíduos. Deste modo, as inter-relações sociais, culturais e políticas se assemelham à lógica e aos arranjos mercantis (CAMPBELL, 2001; BAUMAN, 2008). Nesse contexto, “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (BAUMAN, 1999, p. 88). Os indivíduos utilizam das práticas de consumo para satisfazer seus desejos emergentes, construir suas identidades, para auto-identificação de grupo, até mesmo para ingressar no mercado de trabalho. Por esta razão, Bauman (2008) afirma se tratar de uma "sociedade de consumidores". Nesse sentido, o consumo permeia diversos aspectos da vida cotidiana e toma uma forma exacerbada de modo a contemplar todas as necessidades individuais, bem como para possibilitar a adequação coletiva no contexto inserido. Acompanhado por um modelo de produção também exagerado, esse cenário compõe o que se chama de “consumismo”. Somado a uma obsolescência intrínseca aos processos de produção e consumo, onde os bens rapidamente se tornam defasados, “a economia consumista tem de se basear no excesso e no desperdício” (BAUMAN, 2008, p. 53).

Essa realidade é fruto de mudanças que distanciam a sociedade dos estágios iniciais do período moderno. Anteriormente, os valores eram centralizados na duração, na ordem e na segurança, herdados de ideias iluministas e do cientificismo. A partir da década de 60, movimentos sociais passaram a questionar os discursos universais que compunham esse cenário (HARVEY, 2008). Os indivíduos começaram a reconsiderar as tradições estruturais da sociedade, e em oposição, se centralizaram nas lógicas da efemeridade e da flexibilidade que provocam uma incerteza estrutural em seus cotidianos. Por esta razão, diversos autores buscam defender a necessidade de se dividir a modernidade em dois momentos (BAUMAN, 2001; BECK, 1997; GIDDENS, 2007; HARVEY, 2008). Para tratar desse novo momento Harvey utiliza o termo “pós-moderno”, Beck e Giddens utilizam "modernidade reflexiva" e Bauman propôs “modernidade líquida” de modo a transmitir, no próprio nome, a essência desse período. Nesse sentido, os autores concordam que essa nova fase ressignifica aspectos do pensamento anterior. Para Harvey (2008), isso pode ser observado por rupturas e novas descobertas do pensamento científico e pelo ressurgimento preocupações éticas. Beck (1997) afirma que isso ocorre pois, diante de crises econômicas, ecológicas e políticas, o modelo da sociedade industrial está sendo questionado por sua capacidade de integrar as bases ambientais, culturais e sociais em uma escala global.

A partir disso, reflexões acerca dos modelos de produção e consumo também estão sendo inseridas no debate internacional, pois não mais garantem segurança e estabilidade ambiental, social e econômica. Os esforços estão sendo direcionados para que os modelos de produção e consumo sejam rearranjados em busca de uma configuração mais sustentável. Nesse sentido, discussões acerca da equidade de acessos e impactos da extração de recursos naturais também passaram a compor o debate. Porém, os “interesses corporativos e industriais têm desempenhado um grande papel na formulação dos conceitos de desenvolvimento sustentável” (GASPER *et al.*, 2019, p. 84 [tradução nossa]), influenciando as medidas e tomadas de decisão em prol de uma produção e consumo sustentáveis. Deste modo, o debate internacional vem sendo centralizado, principalmente, nas perspectivas de mudança dos processos de produção, sem inserir com a propriedade necessária as discussões sobre a insustentabilidade dos padrões de consumo (COHEN, 2001). Nesse sentido, propostas como o consumo verde e o consumo sustentável estão sendo elaboradas com a finalidade de se consumir diferente, e não de se consumir menos (GASPER *et al.*, 2019). O consumo verde acabou sendo criticado por adotar medidas elitistas para solucionar os problemas ambientais (PAAVOLA, 2001). Posteriormente, buscou ser superado pelo consumo sustentável de modo a integrar em suas propostas questões de justiça e equidade. Porém por uma perspectiva produtivista, as políticas públicas que buscavam sua implementação se limitaram a soluções centradas em lógicas de avanços tecnológicos e medidas econômicas (COHEN, 2001).

Nesse contexto, discursos sobre a importância da compreensão do comportamento do consumidor e suas interações culturais e sociais ficaram em segundo plano. Ainda assim, estudos paralelos enfatizam a necessidade de se compreender esses aspectos para trazer mudanças significativas nos padrões de consumo, de modo a contribuir para uma efetiva solução dos problemas ambientais. Além disso, tendo em vista que a proposta de desenvolvimento sustentável (DS) é sustentada pelos pilares ambiental-social-econômico, metas para erradicação da pobreza e redução das desigualdades passaram a compor um de seus principais objetivos. Nesse sentido, o DS só será capaz de alcançar sua totalidade integrando as questões de justiça sociais e, se não forem introduzidos os aspectos sociais e culturais, se torna muito difícil inserir as questões de equidade na discussão (COHEN; MURPHY, 2001). Deste modo, compreender "o que influencia, constrange e motiva nosso comportamento, o que e porque consumimos, ajudará a identificar o que é preciso mudar para aumentar a adoção de estilos de vida mais sustentáveis" (UNEP, [200-], [tradução nossa]).

Porém, em termos de governança uma série de obstáculos devem ser superados. Diante de mudanças estruturais provocadas pela globalização e pelo individualismo, as

estruturas da política tradicional vêm sofrendo grandes pressões. Está ocorrendo um enfraquecimento político em detrimento dos poderes cada vez mais extraterritoriais (BAUMAN, 2000). Isso provoca uma descrença política, pois ela não mais opera em favor do bem-estar coletivo. Nesse sentido, os alicerces da cidadania também estão sendo desafiados, tendo em vista que em um contexto individualista não sobra tempo aos indivíduos para tratar de questões do interesse coletivo (BAUMAN, 2001). Sendo assim, é preciso compreender como se dão os novos arranjos políticos, buscar onde a política se reintegra ou se ela de fato se reintegra. Discussões mais recente sobre a crise ecológica inseriram a necessidade de se construir uma lógica de Governança Internacional, baseada em uma regulação participativa, integrando o Estado, o setor privado e a sociedade civil, a fim de transformar as formas de governo tradicionais (NOBRE, 2002). Porém, para tal implementação, esse processo requer análises mais profundas sobre a diversidade de instituições que podem contribuir para uma governança dos recursos naturais em diferentes níveis e escalas, que não foram debatidas com a propriedade necessária (OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, são crescentes, no âmbito acadêmico, análises das possibilidades de politização do consumo como ferramenta para reestabelecer os alicerces da cidadania e da solidariedade (PORTILHO, 2005). Essa proposta busca superar o consumo verde e o consumo sustentável de modo que todos os indivíduos sejam inseridos no cenário político e tenham seus direitos e deveres equitativamente estabelecidos para uma promoção coletiva de medidas rumo à uma sociedade sustentável. Além disso, essa proposta, chamada de "consumo político" ajuda, também, a perceber as perspectivas de inserção da sociedade civil nas tomadas de decisão de uma Governança Internacional. Nesse sentido, ela permite compreender algumas possibilidades de como a sociedade civil poderia se posicionar e transmitir suas necessidades às entidades governamentais levando em consideração seus arranjos culturais e sociais já estabelecidos. Desse modo, o consumo político é uma prática que já vêm sendo adotada, mas estudos buscam analisar de que modo ocorrem e como o Estado e o mercado podem se inserir nesse cenário de forma democrática, a fim de garantir o interesse primordial da sociedade.

Diante do exposto, é necessário um aprofundamento preciso acerca do consumo na sociedade de consumidores, de modo a identificar os limites e oportunidades da relação entre meio ambiente e consumo. Além disso, essa análise permite esclarecer aspectos sociais e culturais a fim de compreender quais as razões das insaciabilidades das práticas de consumo, aumentando perspectivas de como contorná-las. Deste modo, é possível, também, analisar que aspectos do debate internacional sobre consumo estão sendo negligenciados ou

propriamente abordados, bem como os limites e oportunidades da proposta de consumo político. Para isto, as obras do autor Zygmunt Bauman podem ser relevantes, uma vez que se dedicou a analisar diversos aspectos da sociedade de consumidores na modernidade e, apesar de não usar o conceito de sustentabilidade propriamente dita, levanta uma série de elementos que compõem um modelo de consumo insustentável. Por esta razão, o objetivo desta pesquisa é analisar de que modo as obras de Bauman, podem contribuir para compreender a sustentabilidade na esfera do consumo, tendo em vista os debates já estabelecidos entre sustentabilidade e consumo.

Deste modo, o presente trabalho é organizado em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, faz-se uma análise acerca das diversas obras sobre modernidade, bem como de seus dois momentos, de modo a compreender as características estruturantes que constituem esse período e suas relações com os modelos de produção e, principalmente, de consumo. Com ênfase nas obras de Bauman, é destrinchado, neste capítulo, o papel do consumo para a sociedade de consumidores, que está centralizado nas relações sociais, culturais e políticas. O segundo capítulo traz um panorama sobre os discursos acerca da questão ambiental, a fim de situar onde se encontra o debate, quais contribuições foram trazidas e quais lacunas devem ser aprofundadas. Nesse sentido, foram abordadas questões sobre o consumo verde, consumo sustentável e a nova proposta de consumo político, de modo a investigar as perspectivas do relacionamento entre sustentabilidade e consumo. E por fim, o terceiro capítulo procura estabelecer as contribuições que as obras de Bauman trazem ao debate, trazendo novos olhares e perspectivas acerca desse relacionamento.

Objetivo geral

Analisar como as obras de Zygmunt Bauman podem contribuir para compreender a sustentabilidade na esfera do consumo.

Objetivos específicos

Levantar principais conceitos e contribuições das obras de Bauman sobre o consumo moderno;

Investigar os debates teóricos e as medidas práticas do que se define por "consumo sustentável";

Identificar as questões congruentes tratadas por Bauman e os autores relacionados à discussão do consumo sustentável.

Metodologia

O método partirá da identificação e desconstrução dos principais conceitos estruturantes do pensamento de Bauman acerca da modernidade em geral e do consumo em particular, e em análises comparativas para identificar consistências ou inconsistências com os conceitos de autores relacionados ao Consumo Sustentável. Para isso, toda a pesquisa será baseada em referências bibliográficas a partir de obras de autores influentes nos temas que permeiam o consumo moderno e a sustentabilidade, bem como obras de autores com contribuições secundárias, mas ainda relevantes.

Será utilizado como base metodológica os “tipos ideais” proposto por Max Weber, pois as análises não se tratam de uma descrição fiel da realidade social. Tendo em vista a complexidade de inter-relações, os tipos ideais servem como tentativa de construção de um modelo das características essenciais da realidade social, a fim de permitir uma melhor compreensão dos aspectos fragmentados da experiência e das práticas humanas cotidianas (BAUMAN, 2008). Deste modo, trata-se de análises abrangentes e abstratas que servem como ferramenta para compreender melhor os sistemas sociais e seus padrões, mas é importante enfatizar a complexidade e heterogeneidade dos fatores intrínsecos à este modelo generalizado. Em suma, “tipos ideais não são descrições da realidade, mas ferramentas usadas para analisá-la” (BAUMAN, 2008, p. 39).

CAPÍTULO I

SOCIEDADE DE CONSUMIDORES NA MODERNIDADE LÍQUIDA

1.1. Contextualização: as duas fases da modernidade

A modernidade surgiu a partir de ideias iluministas, que defendiam a lógica da racionalidade, e a autonomia dos indivíduos (HARVEY, 2008). Esse momento é caracterizado por um cientificismo onde o universo passa a ser manipulado pelas ações humanas. Nesse sentido, para Harvey (2008), a modernidade é marcada pelo resultado de novas condições de produção, circulação e consumo, possibilitadas a partir dos avanços tecnológicos, de transporte, comunicação e a ascensão dos mercados de massa. Essas transformações, para Giddens (2001), surgem a partir do industrialismo, em um sistema de produção capitalista. Nesse sentido, o autor afirma que o industrialismo utiliza fontes de energia materiais para produção de bens, com o papel central da maquinaria. Porém, propõe o uso do termo, pois não deve ser compreendido em um sentido estreito como da Revolução Industrial, pois além do local de trabalho, o industrialismo influenciou transportes, comunicações e até mesmo a vida doméstica. Já o capitalismo, para o autor, é um sistema que se baseia na lógica de propriedade privada e trabalho assalariado sem relação de posse, acompanhado da competição e de preços que indicam sinais aos consumidores, produtores e investidores. Deste modo, Giddens afirma que a modernidade surge a partir de um rompimento com a lógica feudal de produção local e artesanal e se ergue na lógica industrial e capitalista.

Para Bauman (2014) a modernidade se caracterizou pela busca da ordem, arraigada nas ideias iluministas, de avanços científicos e tecnológicos a fim de promover uma sociedade harmoniosa. Nesse sentido, “a ordenação – o planejamento e execução da ordem – é essencialmente uma atividade racional, afinada com os princípios da ciência moderna e, de modo mais geral, com o espírito da modernidade” (BAUMAN, 2014, p. 100). Para o autor, a luta pela ordem na modernidade é a luta contra a ambiguidade, contra o acaso do caos. Nesse sentido, Bauman enfatiza a ambivalência como uma característica moderna de tentar classificar o mundo, limitar ou eliminar sua causalidade através da ordenação. Porém, assim, a modernidade acaba nascendo sobre a dualidade da ordem e do caos. Harvey (2008) corrobora essa ideia afirmando que na modernidade há a tentativa de se opor ao efêmero, ao

fragmentário, descontínuo e caótico. Contudo, para o autor, atualmente o período é caracterizado por uma total aceitação desses aspectos, compondo um novo cenário moderno.

Nesse sentido, diversos autores clássicos e de grande importância para o pensamento moderno se dedicam a investigar e apresentar argumentos sobre a necessidade de se dividir a modernidade em dois momentos (BAUMAN, 2001; BECK, 1997; GIDDENS, 2007; HARVEY, 2008). Para os autores, existem mudanças substanciais no estilo de vida, valores e crenças entre as modernidades que refletem na reconstrução de ideias que anteriormente eram paradigmáticas. Nesse sentido, para Bauman (2008), em oposição à sua primeira fase que buscava a duração, a ordem e a segurança, com ênfase no trabalho, o segundo momento da modernidade está centralizado, no consumo, nas lógicas da efemeridade e da flexibilidade que provocam uma incerteza estrutural no cotidiano de seus membros. Nesse sentido, ambos os momentos se centralizam na lógica capitalista de produção e consumo, mas trata-se de uma mudança de ênfases e prioridades a respeito de seus papéis para a vida dos indivíduos (BAUMAN, 2008).

Bauman propõe o termo *modernidade líquida*, a fim de transmitir, no próprio nome, a essência desse novo período. Nesse sentido, para o autor, esse momento é caracterizado por arranjos sociais, econômicos e políticos voláteis, instáveis e efêmeros, que estão sempre em movimento e são imprevisíveis. Para descrever essa segunda fase da modernidade, Harvey utiliza do termo "pós-modernidade". Já Beck e Giddens, preferem o termo "modernidade reflexiva". Para Harvey (2008), a pós-modernidade surge a partir dos movimentos sociais dos anos 60 que passam a questionar discursos universais. Para Beck (1997), essa década é marcada pelo retorno dos indivíduos à sociedade, pelos processos de *individualização*, que veremos mais adiante. Nesse sentido, o termo "destraditionalização", proposto por Giddens (2007), busca caracterizar justamente o momento em que discursos universais passam a ser questionados. Para o autor, na modernidade reflexiva, os indivíduos passaram a reconsiderar as tradições estruturais da sociedade – como ideais de família, gênero e sexualidade. Para Harvey (2008), esse fenômeno pode ser observado a partir de rupturas e novas descobertas no pensamento científico, filosófico, matemático e metafísico, bem como pelo ressurgimento de preocupações éticas, políticas, da dignidade do próximo, e do reconhecimento da heterogeneidade dos estilos de vida. Desse modo, Harvey (2008) afirma que a pós-modernidade se trata de uma reação (ou afastamento) ao pensamento moderno, reconsiderando as ideias de progresso linear, de verdades absolutas, padronização, planejamento e ordem, centrados em uma lógica tecnocêntrica e racionalista.

Para Beck (1997), essas novas formas sociais não são originadas da crise do sistema econômico atual, mas sim de seu sucesso. A partir da implementação desse sistema é que suas premissas estão sendo confrontadas, questionando sua capacidade de integrar as bases ambientais, culturais e sociais em uma escala global. Nesse sentido, o autor, junto à Giddens, propõe o termo "modernidade reflexiva", que consiste primeiro na desincorporação e, segundo, na reincorporação das formas sociais industriais por uma outra modernidade. Para Beck (1997), esse processo trata-se da destruição de concepções modernas anteriores, modificando-as. Nessa lógica, para o autor, o adjetivo "reflexivo" não diz respeito à "reflexão", como esperado, mas à autoconfrontação. Nesse sentido, nas palavras de Bauman (2001), a volatilidade, a fluidez, a incerteza e a insegurança se tornam intrínsecas ao modelo socioeconômico vigente. Beck (1997, p. 15) propõe o conceito de "sociedade de risco" para descrever o retorno da insegurança onde "os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições". A partir disso, o autor afirma que essas questões são tratadas sob as perspectivas da velha sociedade industrial como problemas de ordem, tratados a partir do controle. Mas ressalta que se trata de problemas de risco, que são dinâmicos e não possuem delimitação clara. Trata-se de crises econômicas, ecológicas, políticas, da pobreza em massa ao fundamentalismo religioso, "uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial" (BECK, 1997, p. 19).

Nesse contexto, Beck (1997) concorda com a ideia de Bauman (2001) que a falta de clareza permeia todos os níveis da sociedade. Harvey (2008) também converge com a ideia ao utilizar o termo "fragmentação", que ocorre pela heterogeneidade cultural que envolve a vida pós-moderna, onde os grupos buscam legitimar a si mesmos e se tornar independentes do todo. Nesse sentido, a falta de clareza permeia o aspecto que, ao "aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos traz o agudo problema da comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando" (HARVEY, 2008, p. 53). A proposta da sociedade de risco de Beck (1997) corrobora com a lógica de fragmentação de Harvey, afirmando que se trata de um contexto de autoconfrontação e uma sociedade autocrítica, originando uma desordem fabricada. A partir disso, o autor exemplifica que

Especialistas são anulados ou depostos por especialistas de áreas opostas. Políticos encontram resistência de grupos de cidadãos, e a gerência industrial encontra boicotes de consumidores organizados e politicamente motivados. As administrações são criticadas pelos grupos de auto-ajuda. Finalmente, até os setores poluidores (por exemplo, a indústria química no caso de poluição marítima) devem enfrentar a resistência dos setores afetados (neste caso, a indústria da pesca e os setores que vivem do turismo

litorâneo. [...] Na verdade, a questão de risco divide as famílias, grupos profissionais de trabalhadores químicos especializados em todos os níveis até a gerência, e com muita frequência até os próprios indivíduos (BECK, 1997, p. 22).

Todo esse cenário converge com o que Bauman (2001) propõe ao falar sobre a desintegração social e a descrença política na modernidade líquida. Além disso, para o autor, a fragilidade dos laços humanos, fortalece os poderes globais que são não-territoriais e fluidos. Para o autor, eles se comportam no estilo de "senhores ausentes", uma vez que não precisam se preocupar com o engajamento ativo de questões locais. Esse processo contribui para a flexibilização que permeia diversos aspectos da vida individual. Desde contratações instáveis do mercado de trabalho, até as lógicas de identidade profissional e cultural, os indivíduos devem se adaptar à volatilidade e instabilidade moderno-líquidas, e se tornar flexíveis. Harvey (2008) corrobora com essa ideia propondo o termo "acumulação flexível", onde o autor busca exemplificar o momento que a rigidez da lógica de produção fordista é contestada por uma tendência de flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Nessa lógica, os empregadores exercem maior pressão de controle de trabalho dos seus trabalhadores, propiciando um cenário de incertezas para os indivíduos e "rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual" (HARVEY, 2008, p. 140).

Diante do exposto, é convergente a ideia dos autores que se trata de um período efêmero, instável e com incertezas intrínsecas. Acerca dos autores, Harvey (2008) centraliza sua pesquisa em aspectos estéticos, da arquitetura e da organização das cidades, bem como da filosofia e da política diante do cenário capitalista. Já Beck (1997) e Giddens (2007) enfocam nos aspectos de uma sociedade de risco, com ênfase em sua instabilidade, mas também nas oportunidades de se estabelecer novos arranjos políticos, dialogando com a esfera ambiental. Nesse sentido, os autores serão relevantes para esta pesquisa promovendo uma aproximação entre os debates sociais e ambientais, de grande importância para se compreender o consumo sustentável. Porém, o autor central a ser utilizado será Zygmund Bauman, tendo em vista que, em suas obras, se dedica a investigar os aspectos do consumo moderno e da Sociedade de Consumo. A partir disso, o autor contribui para a análise de como o consumo sustentável pode ser abordado considerando aspectos sociais e culturais, de modo a compreender com maior clareza seus limites e oportunidades. Nesse sentido, o autor busca esclarecer as principais diferenças entre as fases da modernidade quanto aos papéis da produção e do consumo para a sociedade.

Anteriormente, para Bauman (2008), os indivíduos possuíam o trabalho e a segurança como principal direcionamento de suas vidas. Dedicavam-se em prol do bem-estar coletivo e postergavam a satisfação de desejos presentes para uma garantia de estabilidade futura. Esses costumes caracterizam o que o autor chama de modernidade sólida, principalmente pela necessidade de segurança, estabilidade e ordem. A fim de garantir um cotidiano estável, a partir da rigidez dos hábitos, a lógica dessa sociedade baseava-se na “padronização e rotinização do comportamento individual” (BAUMAN, 2008, p. 42). Nesse contexto, a busca por um futuro seguro era reforçada por bens espaçosos, pesados e duradouros e imóveis que proporcionassem sensações de conforto, poder e respeito. Para Bauman (2008) esse conjunto de valores e costumes compõem o que o autor chama de “sociedade de produtores”, pois centralizados no trabalho, buscavam produtos que promoviam segurança a longo prazo, que deviam ser protegidos de modo a permanecerem intactos com o passar dos anos. Nessa lógica, os benefícios da exibição pública da riqueza “aumentavam de maneira proporcional ao grau de solidez, permanência e indestrutibilidade evidente nos bens exibidos” (BAUMAN, 2008, p. 44), compondo o conceito que o autor herda de Marx, chamado de “fetichismo da mercadoria”.

Tendo em vista a flexibilidade presente na modernidade líquida, os indivíduos também devem se adequar e estar disponíveis para se adaptar a qualquer momento e, a velocidade imposta nesse processo torna o efêmero mais atrativo e viável. Nesse sentido, justamente os valores vinculados à duração são o que Bauman (2008) afirma separar a modernidade sólida da modernidade líquida de forma mais drástica. Em uma relação direta com as insustentabilidades do modelo de produção e consumo, a efemeridade na modernidade líquida traz outra concepção quanto aos princípios e modos de vida das sociedades atuais. Nesse contexto, a necessidade de satisfação imediata de desejos e prazeres individuais se sobrepõem à necessidade de segurança. Na modernidade líquida, os desejos insaciáveis satisfeitos pelo consumo instantâneo são acompanhados do descarte, também instantâneo. Questão esta que também dialoga com a sustentabilidade. Para Bauman (2008), os indivíduos moderno-líquidos fazem parte da “sociedade de consumidores”, tendo em vista que o papel do consumo se torna cada vez mais central na sociedade (CAMPBELL, 2001; BAUMAN, 2008). Nesse contexto, “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (BAUMAN, 1999, p. 88).

1.2.O consumo na modernidade líquida

A proposta do Bauman (2008) a respeito do consumo moderno parte da crítica às abordagens econômicas tradicionais para descrever os fenômenos do consumismo. Para o autor, nestas abordagens os consumidores são descritos ou como indivíduos manipulados, ludibriados por promessas fraudulentas de propagandas; ou como racionais, com forte autonomia e capacidade de auto-afirmação. Contudo, nesse contexto, a sociedade de consumidores é frequentemente retratada por estas abordagens na perspectiva do consumidor como sujeito e a mercadoria como objeto, dividida entre as coisas a serem escolhidas e os que as escolhem. Porém o autor propõe que a diferença da sociedade de consumidores para suas antecessoras está justamente no embaçamento dessas separações entre sujeito e objeto: os consumidores se tornaram eles próprios mercadorias e dedicam suas vidas em prol de se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. Contudo, para se compreender esse processo, é preciso, antes, compreender o papel do consumo para os indivíduos da sociedade de consumidores.

Pode-se dizer que o consumo na modernidade líquida se transfigura em consumismo. Este é um tipo de componente social que possui um papel importante na formação dos indivíduos atualmente. Ele provoca desejos e vontades com volume e intensidade sempre crescentes, sendo a principal força propulsora da sociedade de consumidores (BAUMAN, 2008). Nessa sociedade o valor primordial é o de uma vida feliz, mas, em oposição às sociedades antecessoras, a felicidade não vem tão associada à satisfação das necessidades, e sim à excitação de sensações novas (BAUMAN, 2008). Baseado na investigação de Campbell (2001)¹, Bauman (2008) afirma que os indivíduos moderno-líquidos são hedonistas, onde a ideia de prazer é subjetiva, criado na imaginação. Deste modo, o desejo não está necessariamente associado à sua satisfação. Para Bauman (1999), o real prazer do consumidor moderno é o "desejo de desejar" e, apenas por meio de novas sensações suas possibilidades de desejo podem se expandir. Isso porque, para Campbell (2001), a imaginação do ser humano parte da associação de experiências vividas e, aumentando o leque de experiências, expande-se as capacidades imaginativas. Nesse sentido, com o desejo de poder desejar mais, "os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de sensações; são colecionadores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo"

¹ O qual argumenta sobre o hedonismo contemporâneo que surge da ética romântica do século XVII, se distanciando do hedonismo tradicional. Para o autor, o prazer deixa de ser originado no campo material e passa a ser fruto da imaginação e da criatividade, por meio do devaneio e da fantasia.

(BAUMAN, 1999, p. 91). Esse cenário compõe o que o autor chama de “fetichismo da subjetividade”, que, em oposição ao fetichismo da mercadoria da sociedade de produtores, os prazeres se tornam subjetivos e não materiais.

Com um volume e intensidade de desejos sempre crescentes, as práticas de consumo consistem no uso imediato e na rápida substituição dos bens que buscam satisfazê-los (BAUMAN, 2008). Isso ocorre porque os desejos criados pelos indivíduos em um campo subjetivo não têm como ser completamente satisfeitos por objetos imperfeitos do mundo material. Os desejos dos indivíduos modernos são imaginários, logo, nunca serão exatamente contemplados pelos bens de consumo disponíveis. Nesse sentido, nos termos de Bauman (2001), os desejos originados pelo “princípio do prazer”, acabam tendo que ser reduzidos ao tamanho ditado pelo “princípio da realidade”. Por esta razão, o autor afirma que o fetichismo da subjetividade consiste, em última instância, numa ilusão. Deste modo, todos os bens consumidos trazem consigo um pouco de insatisfação, e os indivíduos buscam substituí-los a fim de tentar satisfazer outros desejos emergentes (BAUMAN, 2008; CAMPBELL, 2001). Esse fenômeno gera uma era de “obsolescência embutida” às práticas de consumo, pois os indivíduos migram de desejo em desejo, em busca de satisfazer suas vontades que nunca poderão ser satisfeitas (BAUMAN, 2008). Nesse sentido, a ideia do autor extrapola a ideia de "obsolescência percebida", construída acerca do produto a partir das lógicas lucrativas empresariais. O argumento de Bauman se estrutura no sentido de que a obsolescência também se embute na própria psique do consumo dos sujeitos.

Para Bauman (2001), a história do consumismo fundamenta-se na busca da redução das diferenças entre o princípio do prazer e do princípio da realidade, diminuindo o quão este último limita o anterior. A partir disso, os níveis de produção aumentam para atender a demanda de realizar todos os desejos e prazeres emergentes. Sendo assim, a fim de contemplar todas essas “novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios, (...) a economia consumista tem de se basear no excesso e no desperdício” (BAUMAN, 2008, p. 53). Tendo em vista que os bens de consumo não satisfazem os indivíduos por completo – somado à tendência de rapidamente se tornarem defasados – se livrar de um objeto insatisfatório é igualmente prazeroso à sua aquisição (BAUMAN, 2008). Esse contexto provoca nos indivíduos uma pressa para adquirir e juntar, mas principalmente para descartar e substituir. Além disso, a estagnação não é favorável para a economia consumista e, "a menos que complementado pelo impulso de se desfazer e se descartar, o impulso da mera aquisição e posse armazenaria problemas para o futuro" (BAUMAN, 2008, p. 50). Para o autor, a partir disso, temos como resultado uma alta produção de resíduos sólidos, bem como um aumento

na indústria de sua remoção. Nesse sentido, esse cenário narrado por Bauman de aquisição e descarte compõe justamente a questão insustentável do modelo de produção e consumo atual, apesar de não utilizar desses termos.

Além disso, o contexto consumista líquido-moderno, para Bauman (2008, p. 45), “é notável, mais do que por qualquer outra coisa, pela (até agora singular) *renegociação do significado do tempo*”. Para o autor, um tempo que antes era linear, composto por uma sucessão de eventos, agora se torna pontilista. Em um tempo pontilista, cada momento é uma oportunidade única a ser alcançada ou perdida. A sucessão, aqui, é de momentos que surgem e se esvaem rapidamente a partir de rupturas e descontinuidades. Essa lógica temporal é caracterizada pela falta de coesão e continuidade, bem como a falta de uma lógica causal que dê sentido ao cenário completo. Nesse sentido, o tempo é fragmentado em uma “multiplicidade de instantes eternos – eventos, incidentes, acidentes, aventuras, episódios” (BAUMAN, 2008, p. 46). Deste modo, cabe aos indivíduos organizarem os momentos em configurações dotadas de significado, que só pode ser realizado de maneira retrospectiva. Esse cenário transforma concepções para o surgimento de uma "cultura agorista", onde uma sucessão de presentes permeia a vida dos indivíduos moderno-líquidos. Nessa lógica, não cabe um planejamento rígido ao longo prazo, e as memórias do passado rapidamente se esvaem.

Esse fenômeno é somado a partir de outro aspecto da modernidade líquida: *o excesso de informações*. Os indivíduos na modernidade estão sujeitos a uma grande quantidade de conteúdo, e é igualmente grande o esforço de se absorver e assimilar tudo disponível (BAUMAN, 2008). A cada momento, são bombardeados com diversas notícias no presente, onde as notícias passadas são rapidamente esquecidas e as apreensões futuras ocorrem por um lapso, apenas até uma nova notícia surgir. Essa grande quantidade de informações também impõe os indivíduos aos anseios do processo de escolha constante, a fim de conseguir filtrar todos os ruídos das informações realmente relevantes.

Os anseios provocados pelo fetichismo da subjetividade, a cultura agorista e o excesso de informações recaem sobre o indivíduo devido a um fator constantemente chamado de "*individualismo*". A respeito desse fenômeno, Bauman com frequência se refere à definição de Beck (1997), onde, na individualização, os indivíduos têm de produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias, descontextualizando e a recontextualizando os modos de vida da sociedade industrial. Nessa lógica, "a 'predestinação' foi substituída pelo 'projeto de vida', o destino, pela vocação e a 'natureza humana' na qual cada um nasceu foi substituída pela 'identidade', que cada um precisa podar e adaptar" (BAUMAN, 2009, p. 181). Sendo assim,

as tarefas que anteriormente eram atribuídas aos indivíduos, hoje devem ser fruto de construções individuais. Nesse sentido, questões como posição social e identidade, passaram a ser tarefas de construção no âmbito individual por meio do consumo de bens e serviços, e não mais atributos recebidos do contexto social que se está inserido. Nesse contexto, a liberdade de escolha permeia a vida do indivíduo. Contudo, em um contexto individualista, as consequências dessas escolhas – negativas ou positivas – recaem sobre os indivíduos, se tornando fontes de incertezas diante do que podem resultar. Além disso, Bauman (2000) afirma que essa liberdade não consiste em uma maior participação nas tomadas de decisão, como deveria. Sendo assim, a lógica moderno-líquida "apenas transformou o indivíduo de cidadão político em consumidor de mercado" (BAUMAN, 2000, p. 84).

No contexto individualista, a *construção das identidades* são projetos pessoais, onde os indivíduos devem buscar pela própria identidade a fim de “se transformar no que é” (BAUMAN, 2009). Nesse sentido, os indivíduos utilizam das práticas de consumo para se expressar e determinar a forma como se veem no mundo. Eles constroem suas identidades com base na auto-identificação, que consiste no reconhecimento individual de certos grupos. A partir disso, os indivíduos se determinam coletivamente a fim de construir sentimentos de pertença e afiliação social. Deste modo, "a modernidade substitui a *determinação* da posição social por uma *autodeterminação*" (BAUMAN, 2009, p. 184). Contudo, essa tarefa se dá de forma compulsiva e está em constante movimentação. Isso porque na modernidade liquefeita, diferentemente da modernidade sólida, as posições sociais que podem ser alcançadas se derretem rapidamente. Pois, enquanto na sociedade de produtores o futuro era seguro e garantido, na sociedade de consumidores esse futuro é incerto, mutável e frágil. Desse modo, os indivíduos estão constantemente preocupados em estar adequados, e atentos para se readaptar e se moldar a qualquer momento. Nesse sentido, a dúvida de “como chegar lá?” é substituída por “qual caminho seguir? aonde essa estrada me levará?” (BAUMAN, 2009). Para o autor, isso provoca inseguranças estruturais nos membros da sociedade de consumidores, pois seus objetivos de "projetos de vida" se tornam suscetíveis a se desestruturar a qualquer momento.

Além disso, Bauman (2008), com base em Campbell (2001), ressalta que com o papel central do consumo na sociedade, as relações sociais e políticas também se inserem na lógica mercantil. Nesse sentido, o autor afirma que, diferentemente do que se assume no pensamento neoclássico, os bens de consumo não são *objetos* consumidos por *sujeitos* consumidores. Para o autor, a sociedade de consumidores está diante do embaçamento da fronteira entre sujeito e objeto. Deste modo, os próprios consumidores se tornaram objetos de

consumo, fenômeno que o autor chama de um processo de "comodificação". Sendo assim, Bauman (2008) afirma que na modernidade líquida o objetivo crucial do próprio consumo é elevar os consumidores à categoria de mercadorias vendáveis. Deste modo, as práticas de consumo têm como fim primordial garantir a afiliação social do indivíduo, de modo a promover uma adequação ao contexto que se está inserido, mas, para além disso, esta construção da identidade se faz tendo um papel compulsivo e obrigatório de garantir que os indivíduos permaneçam como sendo mercadorias vendáveis, cumprindo as expectativas de seus "consumidores". Nesse sentido, essa adaptação é essencial para se manter na lógica do mercado de trabalho, se tratando de uma necessidade de sobrevivência. A partir disso, o autor afirma que é necessário se comodificar para ter uma chance razoável de exercer direitos e cumprir deveres em uma sociedade de consumidores. Para o autor, esse arranjo é conveniente, uma vez que o sucesso de um sistema social é tornar os "pré-requisitos funcionais" em motivos comportamentais de seus membros. Em outras palavras, a necessidade de se consumir para garantir seu local de direitos e pertencas alimenta os pré-requisitos da sociedade de consumidores que precisa manter a economia em movimento.

A obrigatoriedade de se comodificar para se tornar um membro autêntico da sociedade de consumidores está exposta no fato de que indivíduos não comodificados se tornam marginalizados do sistema sociopolítico. Eles são chamados por Bauman (2008) de "*consumidores falhos*", termo utilizado no sentido de que "os pobres de hoje (...) são 'não consumidores', e não 'desempregados'" (BAUMAN, 2008, p. 160). Eles compõem a chamada "*subclasse*", conceito comumente utilizado de maneira pejorativa para se referir a um conjunto variado de pessoas com acesso negado às estruturas sociais. Nesse sentido, o termo foi reapropriado por Bauman e outros autores para explicar esse fenômeno, fruto da cultura consumista. Segundo Gans (1995, *apud* BAUMAN, 2008, p. 157):

Essa definição comportamental [a subclasse] denomina pessoas pobres que abandonaram os estudos, não trabalham e, caso sejam mulheres jovens, têm filhos sem o benefício do casamento e vivem da previdência social. A subclasse comportamental também inclui os sem-teto, mendigos e pedintes, pobres viciados em álcool e drogas, além dos criminosos de rua. Como o termo é flexível, os pobres que vivem nos "conjuntos habitacionais", os imigrantes ilegais e os membros de gangues também são muitas vezes classificados como subclasse. Na realidade, a própria flexibilidade da definição comportamental é que propicia que o termo se torne um rótulo capaz de ser usado para estigmatizar os pobres, seja lá qual for seu verdadeiro comportamento.

Para Bauman, os indivíduos da subclasse são "baixas colaterais" do consumismo, um efeito direto de seus processos. Bauman (2008) ressalta que, diferente dos antigos termos "classe trabalhadora", que reconhece o papel social dos mais pobres; e "classe baixa" que parte da ideia da possibilidade de mobilidade social de uma classe para outra; o termo subclasse denota uma hostilidade social, em que se supõe que seus membros não oferecem contribuição útil aos demais segmentos da sociedade. Essa subclasse de sujeitos marginalizados, comumente retratados em contextos criminosos, reforçam a ideia de exclusão. O autor conclui que, nesse contexto, para o pensamento predominante na modernidade líquida "a questão da *pobreza* é, acima de tudo, e talvez unicamente, uma questão de *lei e ordem*" (BAUMAN, 2008, p. 162). Para o autor, esse argumento é corroborado pelo uso frequente do poder estatal destinado a aprisionar "bandidos" e deportar imigrantes ilegais, dedicando seus esforços a estabelecer a ordem social. Nesse sentido, o pensamento contemporâneo separou a pobreza da subclasse de modo conveniente para argumentar que a subclasse se encontra em tal situação por questão de escolha – em um contexto que sua liberdade é exaltada. Nesse sentido, para o autor, a miséria, que antes era tratada como um problema coletivamente originado, hoje se trata de um erro individualmente cometido.

Porém, para Bauman (2008), ser um consumidor falho e cair na subclasse são infortúnios consequentes do processo de individualização na modernidade. Eles ocorrem porque são indivíduos que não possuem recursos para se comodificar e construir suas identidades, em um contexto onde essas atividades se dão como obrigatórias. Com isso, o autor afirma que cabe ao Estado ser ente social e agir em prol do coletivo, contra os infortúnios individuais e suas consequências. Deste modo, ele deve promover a ordem da igualdade em prol da solidariedade social, evitando lacunas distributivas e cotidianos baseados na individualidade e no egoísmo. Para o autor, o sentimento de pertença desperta quando são observados os benefícios da solidariedade e das instituições que dela nascem. Contudo, Bauman enfatiza que há um crescente desencanto com a política, pois ela já não mais opera em favor do bem-estar coletivo. Com enfoque na ordem e sendo influenciado pelas decisões do mercado, os esforços políticos estão mal direcionados para promover a solidariedade e a seguridade social. Além disso, a cidadania vem sendo ameaçada pelas práticas de consumo e comportamentos individualistas (BAUMAN, 2000). Nesse sentido, o autor afirma que os indivíduos recorrem às suas próprias atividades de consumo em busca de sanar suas necessidades políticas. O autor chama esse fenômeno de "ativismos de consumo",

que consiste em uma alternativa de restaurar a cidadania através das práticas de consumo, que será aprofundada no Capítulo II.

Porém, Bauman questiona se esses ativismos de consumo trazem o engajamento social de maneira tão efetiva para "estabelecer os alicerces da solidariedade social quanto as 'formas tradicionais'" da política institucional (BAUMAN, 2008, p. 185). Nesse sentido, Bauman (2000) acredita que a proposta da "renda básica" de Claus Offe (1991), consiste em uma boa estratégia política para preservar/restaurar as condições básicas da cidadania e da vida republicana. Com o argumento da crise de emprego – onde não há trabalho pago suficiente que garanta a sobrevivência de todos – essa proposta consiste em fornecer um salário básico a todos os indivíduos, reforçando o papel do Estado social e questionando a lógica monetária vinculada necessariamente ao trabalho. Para Bauman (2000), essa proposta não só tiraria os pobres da pobreza, mas beneficiaria a sociedade em muitos outros aspectos. O autor afirma que a renda básica reintroduziria padrões morais, onde a lógica de competição seria substituída pela participação. Além disso, liberaria os indivíduos das incertezas que cercam sua busca de sobrevivência no mercado de trabalho, garantindo-lhes tempo para buscar por seus direitos e deveres. A proposta também removeria a questão da pobreza persistente da preocupação pública e diminuiria a questão (moralmente penosa) dos pobres dependentes. E por fim, Bauman (2000, p. 186) conclui que

mudaria radicalmente a natureza do Estado, transformando-o de agente da lei e da ordem e da brigada do fogo da administração da crise em bem comum e arena em que os interesses individuais e de grupo são reformulados como questões públicas de interesse de todos os cidadãos.

Nesse sentido, as inseguranças existenciais – para exercer a comodificação e construir uma identidade a fim de ingressar no mercado de trabalho para possuir direitos em uma sociedade de consumidores – teriam ao menos sua principal fonte atual removida. Deste modo, o consumismo poderia ser visto como um estilo de vida, dentre outras opções, não como uma necessidade existencial. Com a possibilidade de não fazer parte da cultura consumista, os indivíduos não estariam mais condenados à exclusão e se tornarem marginais no sistema social. Contudo, o autor ressalta que o principal obstáculo para o princípio da renda básica é encontrar ator político poderoso o bastante para aplicá-lo. Segundo Bauman (2000, p. 193), "o Estado é o único agente legislativo capaz de empreender a adoção de um salário básico". Porém, em um contexto globalizado, as nações-estado se enfraqueceram e devem se adequar às regras do mercado, ou sofrer as consequências caso não. Sendo assim, o

Estado estaria sujeito a diversos empecilhos para aplicar a renda básica sozinho. Ao legislar condições mais atraentes para os indivíduos, o Estado-nação poderia se tornar um "ímã da renda básica", acarretando uma competição negativa no país, pois indivíduos de todo o globo se interessariam pelos benefícios da proposta, por exemplo (BAUMAN, 2000). Nesse contexto, Bauman afirma que apenas a ação operada por uma entidade continental (ou supracontinental) seria capaz de evitar as dificuldades de uma implementação nacional. Para isso, a política deve emparelhar-se ao poder, que no momento vagueia em um espaço politicamente incontrolado, em outras palavras, "nada menos é necessário do que uma instituição republicana internacional em escala proporcional à escala de operação dos poderes transnacionais" (BAUMAN, 2000, p. 194).

Diante disso, o autor oferece uma proposta que acredita ser efetiva para se alcançar uma sociedade "equilibrada". Apesar de não utilizar o termo sustentável, a proposta da renda básica consiste, para ele, em uma alternativa de se contornar as insustentabilidades do consumo moderno. Compreender as razões da insustentabilidade das práticas de consumo, bem como analisar caminhos para sua sustentabilidade são importantes formas de contribuição para adoção de medidas efetivas e implementação de políticas públicas rumo à uma sociedade sustentável. Deste modo, a partir da centralidade da questão distributiva, Bauman apresenta um primeiro passo para proporcionar mudanças efetivas no modelo de consumo atual.

Contudo, falar de sustentabilidade envolve os aspectos do âmbito ambiental, social e econômico. Além disso, tratar do modelo de consumo no âmbito político engloba complexidades ambientais, sociais, econômicas, mas também políticas. Por se tratar de um aspecto de interesses conflitantes, inserir as discussões sobre as práticas de consumo na agenda política está no início de seu desenvolvimento, como veremos a seguir.

CAPÍTULO II

MEIO AMBIENTE E CONSUMO: DIÁLOGO SOBRE SUSTENTABILIDADE

2.1. A sustentabilidade no consumo moderno

A depleção dos recursos naturais por meio de ações antrópicas faz parte do debate internacional a bastante tempo, com primeiros sinais datados do século XIX (MCCORMICK, 1992). Os discursos foram evoluindo conforme as mudanças nas organizações sociais, econômicas e políticas, e ainda vem sendo construídos, com uma série de questões em aberto. Há décadas busca-se encontrar soluções para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento moderno, bem como suas razões. Diante da finitude de recursos naturais, e de mudanças ambientais globais, a questão ambientalista se tornou um dos temas emergentes da agenda política mundial.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a agenda ambientalista se reergueu de modo a retomar as discussões anteriores às guerras (MCCORMICK, 1992). Com o surgimento das Nações Unidas em 1945, McCormick afirma que o debate se reestruturou para trazer considerações sobre a conservação e utilização dos recursos naturais na reconstrução do período pós-guerra. Tal período marcou-se por uma forte expansão do crescimento econômico, liderados pela economia dos EUA no contexto da Guerra Fria, e também associada a este, por uma forte explosão demográfica, o “baby boom”. A partir daí, os problemas ambientais foram atribuídos ao crescimento econômico e demográfico que resultavam na rápida depleção dos recursos naturais (NOBRE, 2002). Esse pensamento foi chamado de "neomalthusiano", pois, à semelhança da teoria de Thomas Malthus, partia do argumento de que o crescimento populacional era a causa dos problemas a serem enfrentados. De 1962 a 1970, aflorou uma grande comoção popular pelos problemas ambientais. Com a publicação de *Silent Spring*, de Rachel Carson sobre pesticidas e inseticidas sintéticos, bem como com os perigos do avanço nuclear, os frequentes desastres ambientais, o avanço de conhecimentos científicos e a influência de outros movimentos sociais, marcou-se a época para o surgimento de um Novo Ambientalismo, refletindo no pensamento ambientalista da década de 70 (MCCORMICK, 1992).

Nesse contexto, obras como *The Population Bomb* e *The Tragedy of the Commons* foram publicadas em 1968, corroborando com o pensamento neomalthusiano. Em 1972 foi publicado o livro *Limits to Growth*, elaborado pelo MIT (Massachusetts Institut of

Technology) a partir de demanda do Clube de Roma, que trazia como base um modelo matemático onde eram tratadas cinco variáveis: a industrialização; o rápido crescimento populacional; segurança alimentar; a depleção de recursos naturais não-renováveis; e a poluição; e que, com base na visão de comportamentos exponenciais destas, elaborou projeções de suas trajetórias em diferentes cenários alternativos, concluindo pelo colapso do sistema econômico global (NOBRE, 2002). Essa obra foi um marco do pensamento neomalthusiano, mas também um grande responsável pela popularização da questão ambiental, introduzindo aos debates as problemáticas da poluição, bem como a finitude de recursos naturais (NOBRE, 2002). Sendo assim, Nobre afirma que ele trouxe atenção para a emergência da questão ambiental, pois se fossem mantidas as tendências das variáveis apresentadas, os limites do crescimento seriam logo alcançados. Contudo, a obra estava sujeita a duas objeções: 1) não havia diferenciação por regiões, nem se distinguiam os impactos Norte e Sul, se tratando de um modelo altamente agregado; 2) era pressuposto que nenhuma alteração significativa aconteceria no âmbito social, político, técnico ou econômico (MOLL, 1991, *apud* NOBRE, 2002).

No mesmo ano da publicação de *Limits*, ocorre a primeira grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, popularmente conhecida como a "Conferência de Estocolmo". A conferência é considerada um divisor de águas, onde se pode dividir a agenda ambientalista a partir de ideias pré e pós conferência (MCCORMICK, 1992). No âmbito das discussões, a obra elaborada pelo MIT teve papel norteador no debate entre países do Norte e do Sul (NOBRE, 2002). A partir disso, "o maior avanço da conferência foi a nova percepção da posição dos países menos desenvolvidos" (MCCORMICK, 1992, p. 106). Diante das discussões que a publicação de *Limits* provocou, os países em desenvolvimento – nesta época chamados de Terceiro Mundo – se posicionaram por serem contrários quanto às imposições das limitações do crescimento econômico (MCCORMICK, 1992), tendo em vista que consideravam a pobreza como a causa de seus problemas ambientais, bem como de muitos outros em suas nações (MACHADO, 2005). Nesse contexto, McCormick (1992, p. 106) reforça que

os países mais desenvolvidos tinham ido para a conferência determinados a discutir suas próprias definições dos problemas ambientais críticos, e viram-se levados pelas discussões a uma posição de compromisso sobre as prioridades relativas dos países menos desenvolvidos e suas próprias.

A partir disso, McCormick (1992) afirma que Estocolmo trouxe o compromisso de relacionar as diferentes perspectivas sobre o meio ambiente entre os países desenvolvidos e

em desenvolvimento. Antes de Estocolmo, as prioridades ambientais eram determinadas pelos países desenvolvidos (MCCORMICK, 1992), após a conferência, suas questões passaram a ocupar um plano secundário, trazendo à tona a relação entre pobreza e degradação ambiental (MACHADO, 2006). A partir disso, as questões de desigualdade foram integradas às discussões da crise ecológica, tendo em vista que questões de acesso e exploração de recursos naturais possuem uma relação direta com equidade e justiça. Nesse cenário, em 1982, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), criado na Conferência de Estocolmo, se dedicou a fazer o balanço de dez anos pós conferência, em uma sessão especial em Nairobi (NOBRE, 2002). Nela, "alcançou-se um acordo com o apoio dos países em desenvolvimento para um conceito diferente de desenvolvimento que levasse mais a sério as questões ambientais" (NOBRE, 2002, p. 39). Nobre afirma que, nessa sessão, os participantes propuseram o estabelecimento da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi chamada de Comissão Brutland. Ela ficou encarregada de propor uma agenda que integrasse o crescimento da economia mundial com a problemática ambiental e, ao mesmo tempo, a aceleração do crescimento de países em desenvolvimento (MACHADO, 2005).

A partir disso, a década de 80 ficou marcada pela busca de estratégias tecnológicas, onde a industrialização permitiria uma reorientação do estilo dominante de desenvolvimento (MACHADO, 2005). Nesse contexto, em 1987 foi publicado o relatório *Our Common future*, também chamado de Relatório Brutland, elaborado pela CMMAD. Nele foi oficializado o conceito de "desenvolvimento sustentável", propondo que desenvolvimento e meio ambiente, não seriam necessariamente antagônicos (NOBRE, 2002), e que ao contrário, seriam interdependentes. Deste modo, foi proposto um conceito de desenvolvimento baseado na capacidade de suprir as necessidades inter e intra-geracional. Para Nobre, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido de maneira vaga, com a intenção política deliberada de se chegar a um consenso acerca dos problemas ambientais, não se tratando de um relatório ambiental propriamente dito. A partir disso, o autor afirma que, o relatório buscou inter-relacionar as questões de desigualdade, pobreza e políticas de comércio internacional com a questão ambiental. Assim, a noção de sustentabilidade que ali está sendo construída não restringe apenas aos aspectos ambientais. Desenvolvimento Sustentável, deste modo, é construído com base no tripé Econômico-Social-Ambiental.

Para Cohen (2001), o relatório marca uma importante mudança do discurso convencional, reconhecendo formalmente – ainda que de forma primitiva – a contribuição desigual dos estilos de vida afluentes nos problemas ambientais. Além disso, pontua a

necessidade de mudanças nos altos níveis de consumo, reconhecendo que estes são práticas determinadas social e culturalmente e que, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, deve-se promover uma mudança de valores. Em contrapartida, o relatório advoga o crescimento (NOBRE, 2002). Deste modo, Nobre (2002, p. 43) argumenta que "ele [o relatório] vê o crescimento como uma necessidade urgente (...) de reduzir a pobreza e minimizar os impactos ambientais". Sendo assim, ele enfatiza fortemente a necessidade do desenvolvimento tecnológico a fim de promover uma nova era de crescimento econômico (COHEN, 2001). Direcionando o enfoque para a melhoria dos modelos de produção, "a Comissão evita agilmente ter que confrontar diretamente as questões iniciais que isso levanta em relação à propriedade ética dos estilos de vida contemporâneos nos países avançados" (COHEN, 2001, p. 25 [tradução nossa]).

Essas discussões serviram como base para a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida 20 anos após a primeira, conhecida como Rio-92. Porém, estas tomaram uma nova forma. Machado (2005) afirma que, enquanto o relatório Brutland apontava a necessidade de que o desenvolvimento sustentável fosse uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante, as propostas da Rio-92, de certa forma, reafirmavam esse modelo, tratando apenas de como contornar seus "desajustes". As discussões na Rio-92 foram marcadas pela divisão Norte-Sul, onde o debate sobre as preocupações ambientais cedeu lugar a questões de equidade (NOBRE, 2002; MACHADO, 2006). Tendo em vista que, enquanto as questões de acesso e impacto não forem equitativas, se torna muito difícil discutir o problema ambiental isoladamente. Nesse sentido, Nobre ressalta que os países do Sul possuíam a demanda imediata de mitigar a pobreza e garantir uma segurança alimentar, já os países do Norte enfatizavam a necessidade da sustentabilidade baseada na introdução de mudanças tecnológicas para solucionar os problemas ambientais. Nesse contexto, juntamente com o conceito de desenvolvimento sustentável, as discussões sobre produção e consumo sustentáveis (PCS) foram progressivamente popularizadas e elaboradas a partir desse embate no âmbito das Nações Unidas (GASPER *et al.*, 2019).

Como resultado da conferência, foi elaborado um documento chamado de Agenda 21 que estabeleceu amplas diretrizes sobre as discussões em torno do Desenvolvimento Sustentável (MACHADO, 2005). Na Agenda 21, é reconhecido que a maior causa da deteriorização ambiental se encontra nos padrões insustentáveis de produção e consumo, principalmente dos países industrializados (COHEN, 2001). Nesse sentido, a agenda se tornou um marco para a inserção das práticas de consumo no discurso internacional. Porém,

para Machado (2005), as estratégias voltadas para a construção de um desenvolvimento sustentável nela postulados reafirmavam o modelo de desenvolvimento dominante. Deste modo, para a autora foram bastante centradas nas ideias neoliberais, corroborando com Cohen (2001) que afirma que suas recomendações se limitavam a propor uma melhora na qualidade das informações disponíveis para os consumidores e utilizar instrumentos econômicos para regular os preços dos produtos, com poucas considerações que reforçam a busca por um consumo menos danoso. A agenda afirmava que as medidas econômicas deviam ser associadas a programas que promovessem a consciência e educação ambiental dos consumidores. Porém, as propostas se limitaram aos aspectos econômicos, e nada sobre as influências sociais e culturais do consumo são trazidas na Agenda 21 (COHEN, 2001).

A partir da Rio-92, uma série de propostas e estudos surgiram de modo a compreender as relações entre produção, consumo e meio ambiente. Após a convenção, foi criada uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas, que iniciou um programa de pesquisa para compreender os impactos ambientais relacionados aos padrões de consumo (PORTILHO, 2005). Além disso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), iniciou um grupo de trabalho sobre consumo e produção sustentáveis (COHEN, 2001). Que, embora inicialmente concentrados nos aspectos da produção, passaram a discutir a necessidade de propostas inovadoras sobre o comportamento do consumidor, bem como reconheceram os limites das abordagens políticas para lidar com a complexidade social do problema. Nesse sentido, "especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar o papel dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental" (PORTILHO, 2005, p. 113). Por meio de estímulos e exigências passaram a cobrar a co-responsabilidade dos indivíduos em seus cotidianos. As alternativas das práticas de consumo foram, de início, tratadas por esses atores nos limites do "consumo verde", posteriormente conduzidas para a nova proposta do "consumo sustentável", além da utilização de outros termos como "consumo ético", "consumo responsável" e "consumo consciente" que, segundo a autora Portilho (2005), servem mais para confundir do que enriquecer o debate.

Nesse contexto, o consumo verde surgiu apenas após, e por causa de: (1) o Novo Ambientalismo, na década de 70; (2) a ambientalização do setor produtivo na década de 80; (3) e a preocupação com os impactos dos padrões de consumo na década de 90 (PORTILHO, 2005). Ele se fundou na proposta de ações cotidianas individuais e conscientes para conquistar mudanças em direção a uma sociedade sustentável. Os indivíduos passaram a ser responsáveis por integrar às suas escolhas as questões ambientais e, por meio de suas

preferências ou mesmo boicotes, estimulariam as empresas, em suas lógicas competitivas, a investir em *designs* ecologicamente corretos e tecnologias industriais eco-eficientes. Contudo, Paavola (2001) afirma que, segundo essa lógica, os custos de proteção ambiental recaiam apenas sobre os consumidores preocupados com a questão, os quais dificilmente eram os indivíduos mais responsáveis pelos impactos ambientais. Além disso, nessa proposta, os consumidores passaram a trocar uma marca “X” por outra “Y”, tirando dos debates a questão da cultura de consumo propriamente dita (BRASIL, 2001). Por fim, a ideia de "comprar" um futuro sustentável levou à elitização das ações em prol do meio ambiente, uma vez que esses custos eram arcados pelos consumidores e, diante da desigualdade distributiva, as condições de aderir a essas ações não eram equitativas (PAAVOLA, 2001). A partir disso, Paavola (2001, p. 93 [tradução nossa]) afirma que "o aspecto mais preocupante do consumismo verde é o seu potencial de transformação em um estilo de vida alternativo elitista".

Dez anos após a Rio 92, em 2002, ocorreu a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável para fazer um balanço das discussões pós convenção. Nela, foi elaborado e aprovado o Plano de Implementação Joanesburgo que reconhece que modificar os padrões insustentáveis de produção e consumo, bem como erradicar a pobreza e gerir os recursos naturais para um desenvolvimento econômico e social são requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável (UNEP, 2002). Porém, diferentemente do proposto pelo relatório Brutland sobre mudanças substanciais dos *níveis* de produção e consumo, o discurso foi gradualmente direcionado para mudanças nos *métodos* dos mesmos (GASPER *et al.*, 2019). Nesse sentido, Gasper *et al.* afirma que, daí em diante, a ideia proposta sobre produção e consumo sustentáveis (PCS) não se trata de consumir menos, mas consumir diferente. Nessa lógica, no âmbito do Plano de Joanesburgo, foi proposto a elaboração de um conjunto de programas para o fortalecimento de iniciativas nacionais e regionais que promovessem PCS durante 10 anos, o chamado *10 Years Framework Program for Action on SCP* (10 YFP) (BRASIL, [201-]; UNEP, 2011). Esse programa foi implementado em 2003, a partir do chamado "Processo de Marrakesh", nome que se deu, pois, a primeira importante reunião para debater sobre o quadro ocorreu na cidade de Marrocos.

Como mecanismos de implementação dos projetos, iniciativas e estratégias de PCS, foram criados Grupos de Trabalho Marrakesh, separados em sete forças-tarefas, com reuniões regionais e internacionais (BRASIL, [201-]). Os Grupos de Trabalho foram divididos em: 1) Cooperação com a África; 2) Produtos Sustentáveis; 3) Compras Públicas Sustentáveis; 4) Construção Sustentável; 5) Turismo Sustentável; 6) Educação para um Consumo Sustentável

e; 7) Estilo de Vida Sustentável. A partir de documentos elaborados por este último GT é possível compreender as perspectivas inseridas no debate internacional a respeito das mudanças de padrão de consumo. Neles eram apresentados levantamentos de diversas propostas que vêm sendo praticadas em prol de um estilo de vida sustentável, bem como possibilidades e ferramentas para se alcançá-lo. Mas afirmam, também que há poucas pesquisas a respeito das potencialidades de se reduzir as demandas de consumo (UNEP, [200-a]). Além disso, afirmam que compreender "o que influencia, constrange e motiva nosso comportamento, o que e porque consumimos, ajudará a identificar o que é preciso mudar para aumentar a adoção de estilos de vida mais sustentáveis" (UNEP, [200-b]).

Nesse contexto, a abordagem do consumo sustentável foi se inserindo aos poucos na agenda política, a fim de mudar a lógica do consumo verde integrando políticas públicas, ações coletivas, mudanças econômicas e institucionais se direcionaram para tornar os padrões de consumo mais sustentáveis (BRASIL, 2001). Além disso, o consumo sustentável busca superar o consumo verde integrando aspectos de justiça e equidade para a sua concepção. A partir de um levantamento conceitual, Portilho (2005, p. 137) conclui que, dentre as diversas definições de consumo sustentável, existem três principais elementos convergentes: "1) satisfação de necessidades humanas; 2) preocupação com as futuras gerações; 3) preocupação com a distribuição social". Porém, "interesses corporativos e industriais têm desempenhado um grande papel na formulação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e suas estratégias desde os estágios iniciais, inclusive influenciando entendimentos de PCS no discurso da ONU" (GASPER *et al.*, 2019, p. 84 [tradução nossa]). Nesse sentido, os discursos sobre a importância da compreensão do comportamento do consumidor e suas interações culturais e sociais ficaram em segundo plano no debate internacional. Nesse contexto, com enfoque principal nos modelos de produção, as políticas públicas de PCS se basearam (e ainda se baseiam) principalmente em visões tecnológicas e econômicas.

Nessa lógica, o pensamento dominante sobre a inovação tecnológica assume que todos os problemas ambientais relacionados ao consumo podem ser resolvidos por invenções técnicas (COHEN; MURPHY, 2001). A ênfase dessa proposta se dá nos fluxos de recursos, ou seja, nos insumos e saídas energéticas e de matéria, buscando maior eficiência nos modelos de produção. Sendo assim, Cohen e Murphy (2001) afirmam que as políticas públicas que surgem dessa lógica normalmente focam na esfera da oferta. Para os autores, isso é reforçado pela visão baseada no poder de mobilização de fabricantes e empresários para resolver os problemas da sociedade. Apesar do seu potencial de reduzir os impactos ambientais, os autores afirmam que essa visão se sustenta em um otimismo tecnológico nada

crítico. Além disso, ela não engloba os comportamentos humanos e, portanto, não busca esclarecer com clareza como os indivíduos se adaptam a essas inovações. E por fim, essa perspectiva traz pouca ênfase aos custos sociais, bem como às externalidades e os impactos em grupos marginalizados.

O segundo pensamento dominante baseia-se na visão da economia neoclássica onde, para o sistema econômico funcionar com eficiência, os preços devem estar “corretos” e as informações devem estar perfeita e prontamente disponíveis para os consumidores. Nessa lógica, bastaria “internalizar os custos do dano ambiental” por meio de instrumentos como eco-taxas e utilizar do artifício da eco-rotulagem para proporcionar informações adequadas aos consumidores (COHEN; MURPHY, 2001). A expectativa seria a de que os indivíduos com acesso à informação passariam a comprar produtos ecologicamente corretos, que estariam corretamente precificados. Porém, Cohen e Murphy (2001) afirmam que, tendo em vista a diversidade de crenças e valores éticos, essa abordagem se mostrou um tanto simplista. Crítica que se tornou muito comum aos pensamentos neoclássicos, uma vez que eles “simplificam o indivíduo assumindo um número limitado de características universais” (COHEN; MURPHY, 2001, p. 10 [tradução nossa]). Diante do exposto, “a frase ‘consumo sustentável e padrões de produção’ já a partir dos anos 90 significava um consumo reprojeto, não um consumo reduzido ou restrito” (GASPER *et al.*, 2019, p. 84).

A fim de retomar e reorientar as discussões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade, vinte anos após a Rio-92, em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20. Nesta, as discussões se centralizaram no conceito de Governança Internacional e de “Economia Verde” no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente enfatiza que o conceito de “economia verde” é sustentado por três pilares: uma economia de pouca intensidade em carbono, a eficiência no uso dos recursos naturais pelo desenvolvimento tecnológico e a ênfase na inclusão social (JACOBI; SINISGALLI, 2012). Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1470) afirmam que a transição para essa proposta econômica “abre espaço para um debate sobre os padrões de produção e consumo e a necessidade de rever o modelo de desenvolvimento ainda prevalecente”. Para os autores, a ideia central da economia verde consiste em direcionar cada vez mais os processos produtivos em busca de um desenvolvimento sustentável, considerando seus aspectos sociais e ambientais. A partir disso, a ideia baseia-se na integração dos pressupostos da economia ambiental sobre as Sustentabilidades Fraca e Forte: maior eficiência do progresso tecnológico; e a substituição da extração de recursos naturais (capital natural) pela utilização

do estoque de bens já produzidos (capital produzido), respectivamente (JACOBI; SINISGALLI, 2012).

Segundo os autores, há polêmicas sobre a suficiência dessa visão para uma efetiva erradicação da pobreza e direcionamento para uma sustentabilidade global. Essas polêmicas estão sendo discutidas sob dois temas: "o desafio de mudanças na vida cotidiana e sua relação com o desenvolvimento sustentável, e a preocupação com a expansão dos processos de mercantilização da natureza e privatização dos bens comuns, em particular os serviços ecossistêmicos." (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 1474). Os autores afirmam que nessa perspectiva pouca atenção se dá ao controle social sobre os poderes econômicos, bem como às ações para diminuir a desigualdade e os padrões de produção e consumo não sustentáveis. Sendo assim, a discussão ainda centraliza principalmente as alternativas de produção baseadas no desenvolvimento tecnológico. Como enfatiza Amazonas (2012), para direcionar a discussão rumo à sustentabilidade, é necessário se inserir a questão dos padrões de produção e consumo, porém, ao mesmo tempo, esta encontra uma grande resistência pelos tomadores de decisão. Para tratar dos problemas de erradicação da pobreza, desigualdade e padrões de consumo insustentáveis é essencial compreender os aspectos sociais e culturais envolvidos nesse cenário. Em sua frase clássica da antropologia do consumo, Mary Douglas (2011, p. 24 [tradução nossa]) insiste que "a menos que saibamos porque as pessoas precisam de bens de luxo e como os utilizam, não estamos nem perto de tratar os problemas de desigualdade seriamente".

Para uma efetiva gestão e regulação da implementação da proposta de economia verde, surgiu no debate da Rio+20 o conceito de Governança Global – mas que não se adentrou com a propriedade necessária (AMAZONAS, 2012). Tendo em vista que as mudanças nos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais "desafiam cada vez mais as estruturas tradicionais dos governos" (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 1470), os autores afirmam que a Governança busca articular as formas clássicas de autoridade estatal com o setor privado e a sociedade civil, a fim de transformar as formas de governo tradicionais. Por meio de uma regulação participativa que transcende as hierarquias tradicionais do Estado e dos sistemas de mercado, a proposta busca integrar a organização hierárquica (Estado), a competição do mercado (setor privado) e as ações solidárias dos cidadãos (sociedade civil). Contudo, as discussões sobre governança foram centralizadas em reformas das organizações internacionais, incluindo a ONU (OLIVEIRA, 2012). Além disso, essa visão é criticada por ser idealizada e desconsiderar os interesses conflitantes das partes, mas pode ser pensada como uma perspectiva para ampliar a participação nos processos de

decisão, "o que demanda o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (*stakeholders*) em agendas pautadas pela busca de cooperação e consenso" (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 1471). Deste modo, Oliveira (2012) afirma que esse processo requer análises mais profundas sobre a diversidade de instituições que podem contribuir para uma governança dos recursos naturais em diferentes níveis e escalas, que não foram debatidas na conferência.

Ainda assim, a partir da Rio+20, os esforços foram direcionados para a construção de um processo intergovernamental abrangente, onde nos três anos seguintes foram desenvolvidos um conjunto de objetivos universais para o desenvolvimento sustentável, que servirão como base para a implementação de políticas nacionais [PNUD, 201-]. Nesse contexto, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável implementou-se a Agenda 2030. Essa agenda propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, a fim de compor um plano de ação para a agenda política internacional em busca da sustentabilidade (PNUD, [201-]). Dentre eles, o objetivo 12 (ODS 12) dá continuidade ao 10 YPF e PCS, com a finalidade de assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis. Nesse sentido, o ODS 12 visa a eficiência do uso e acesso de recursos naturais e energéticos, bem como a informação transparente, conscientização e responsabilização dos consumidores. Contudo suas 11 metas em grande maioria são direcionadas à eficiência de produção, com apenas 2 metas que tratam especificamente do consumidor. Destinadas à redução do desperdício de alimentos em nível de varejo e do consumidor (12.3) e garantia de acesso a informação sobre estilos de vida sustentáveis (12.8), não é enfatizado a respeito de padrões de consumo insustentáveis (GASPER *et al.*, 2019). Segundo Akenji e Bengtsson (2014, *apud* GASPER *et al.*, 2019), o ODS 12, nem mesmo o 10 YFP, dão atenção aos principais fatores da insustentabilidade, como por exemplo a estratégia de negócios ao promover uma obsolescência percebida. Para Gasper *et al.* (2019), o ODS 12 foi elaborado a partir de ideias dos anos 90 com ênfase nos negócios, onde o governo deveria minimizar a regulação de modo que o mercado tenha liberdade para desenvolver e implantar as inovações necessárias para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista os problemas ambientais, a melhoria dos aspectos dos processos de produção está sendo amplamente abordada no debate internacional. Como pôde ser observado "o progresso tecnológico assume papel chave nas diferentes visões de Sustentabilidade do Desenvolvimento desde o debate dos anos de 1960" (AMAZONAS, 2012). Esse debate é de suma importância para o avanço de soluções sustentáveis, mas é preciso passar a se questionar os padrões de consumo no discurso internacional e como direcionar as políticas públicas rumo às suas mudanças. Na lógica da Governança Global, é

preciso compreender com clareza onde entra a sociedade civil² na equação, com enfoque principal nas práticas de consumo e interações socioculturais, por serem aspectos tão centrais no cotidiano dos indivíduos. Como exposto, o consumo sustentável é com frequência tratado com ênfase econômica e tecnológica e, se não forem introduzidos os aspectos sociais e culturais, se torna muito difícil inserir as questões de equidade na discussão (COHEN; MURPHY, 2001). Nesse sentido, Cohen (2001) afirma que o mais complexo é sintetizar as novas perspectivas sobre consumo em um paradigma mais unificado e coerente.

A partir disso, a autora afirma que as ciências sociais têm um grande papel de contribuição para superar os estranhamentos presentes na conexão entre consumo e meio ambiente. Uma perspectiva social do consumo contribui, também, para compreender o papel da sociedade civil na Governança, bem como sua introdução nas tomadas de decisão. Além disso, tal abordagem trata com mais clareza as perspectivas de mudanças na vida cotidiana da sociedade moderna, um dilema presente no desenvolvimento do discurso internacional desde o Relatório Brutland. Deste modo, se faz preciso inserir no discurso político internacional os aspectos sociais do consumo e as possibilidades de politização ambiental dos consumidores integrantes da sociedade civil.

2.2. Politização do consumo

A fim de se contornar os obstáculos enfrentados pelo consumo verde e o consumo sustentável, cresce atualmente nas discussões acadêmicas a proposta de *consumo político*. O consumo verde foi muito criticado pela ênfase em responsabilizar os consumidores por suas escolhas, atribuindo a essas escolhas o papel de solucionar os problemas ambientais. O consumo sustentável, por outro lado, embora pensado para se apoiar no tripé econômico-social-ambiental, acabou se limitando na prática muito às visões econômicas e tecnológicas, de uma “economia verde”. Deste modo, as políticas públicas para a sustentabilidade vieram sendo elaboradas focando principalmente nos processos de produção, e simplificando os aspectos sociais sem integrar, com a propriedade necessária, as interações culturais e sociais da sociedade. Nesse contexto, é observado uma crescente tendência de “politização do consumo” (BARBOSA *et al.*, 2014), que vem sendo analisada como alternativa para exercer a cidadania, considerando a inserção da sociedade civil nas tomadas de decisão. A proposta busca promover uma interação entre a vida privada e pública, integrando as ações individuais

² Organizações não-governamentais (ONGs), grupos ambientalistas, associações de mulheres e jovens, organizações de consumidores e institutos de pesquisa (UNEP, 2009).

em prol de interesses coletivos com a "implementação de políticas multilaterais de regulação, tanto da produção quanto do consumo" (PORTILHO, 2005, p. 132).

Diante das rápidas mudanças trazidas pela globalização e pela expansão da sociedade de consumidores, as estruturas da política tradicional vêm sofrendo grandes pressões, fenômeno ressaltado por diversos autores importantes (BAUMAN, 2008; CANCLINI, 1995; BECK, 1997; GIDDENS, 2007; ISIN; WOOD, 1999; JACOBI; SINISGALLI, 2012). Para Bauman (2008), há um crescente desencanto com a política, pois ela já não mais opera em favor do bem-estar coletivo. Além disso, para o autor, diante dos processos de individualização, os interesses de participação política dos indivíduos vêm diminuindo, colocando em risco a cidadania e as ações em prol dos interesses coletivos. Bauman (1999) reforça, também, que há uma crescente separação do poder e da política, onde o poder se torna cada vez mais extraterritorial – para ele definido por "globalização". No contexto atual, onde tudo sofre um processo de mercantilização, o papel do Estado também é definido conforme o funcionamento do mercado, sendo esta uma das razões dentre as quais diversos autores argumentam para o enfraquecimento político (BAUMAN, 1999; SANTOS, 2013; CANCLINI, 1999).

Giddens (2007) propõe que três fenômenos são os principais responsáveis pelas mudanças estruturais da sociedade moderna: a globalização, a destradicionalização e a reflexividade social. Para o autor, a globalização é definida por "ação a distância", pois consiste na transformação do espaço-tempo, intensificada pelos processos de comunicação instantânea global e os transportes de massa. Mas além de ser um sistema em larga escala, transforma experiências locais, onde as atividades cotidianas se alteram por eventos que ocorrem do outro lado do mundo. A partir da globalização surge o processo de destradicionalização, que consiste em uma mudança de status, e não no desaparecimento da tradição. O conceito busca explicar o processo atual onde as tradições – que antes eram verdades absolutas – se tornaram abertas à discussões e questionamentos. Para o autor, tradições que consolidaram a ordem social nas fases iniciais da modernidade estão sendo reformuladas, tais como a família, os gêneros, a sexualidade, a ecologia, e até a ciência está sendo colocada em questão. Nesse contexto, os indivíduos devem redescobrir seus compromissos morais em um processo contínuo da construção individual, que corrobora com a ideia de Bauman da construção contínua da identidade. Mas, diferentemente de Bauman, Giddens (2007) ressalta o aspecto coletivo dessa construção, pois, para o autor, redescobrir a moral está relacionado a uma causa comum.

A partir da destradicionalização, surge o fenômeno de reflexividade social, pois se tudo está posto em questão, os indivíduos devem filtrar todo tipo de informações de modo a aderir apenas ao que é relevante para sua vida cotidiana. Toda decisão passa pelo processo de filtragem – decisões relacionadas à casamentos, hábitos sexuais e identidade, todas alteraram seus formatos – e, a partir disso, os indivíduos se tornam autônomos de uma maneira nunca antes vista (GIDDENS, 2007). Para o autor, esses processos provocam a chamada "incerteza fabricada", onde nada é certo, tudo é mutável, questionável e deve passar por um processo de reflexão, provocando incertezas intrínsecas, também corroborando com a ideia da liquidez moderna proposta por Bauman. Porém, Giddens (2007) ressalta que os indivíduos modernos têm acesso a todo tipo de informação, que são interpretadas rotineiramente e, somado à autonomia, os indivíduos são estimulados a construir seus sentidos críticos. Sendo assim, por exemplo, "demandas por uma reconstrução política, pela eliminação da corrupção, bem como o desinteresse generalizado com os mecanismos da política ortodoxa, são, em parte, expressões da crescente reflexividade social" (GIDDENS, 2007, p. 7 [tradução nossa])

Diante dessas questões, a política tradicional vem sendo desafiada. As consequências desse processo vêm sendo interpretadas de duas maneiras distintas: por um lado o enfraquecimento político provoca uma redução da integração social e coletiva e um declínio da participação política em detrimento de interesses individuais; por outro, fortalece a participação individual e coletiva nas decisões políticas de forma agregadora e emancipatória (PORTILHO, 2005). Diante disso, surgem discussões a respeito das perspectivas de participação política em um contexto em que mudanças estruturais da sociedade estão ocorrendo. Alguns autores defendem a necessidade do Estado para a garantia de direitos sociais equitativos (BAUMAN, 2008; SANTOS, 2013), outros enfatizam a emergência de uma nova cultura política, com ênfase na cidadania, que pode ser fundamentada nas práticas de consumo, de modo a buscar uma interseção entre a vida privada e pública (PORTILHO, 2005; CANCLINI, 1995).

Para Bauman (2001), diante dos processos de individualização, os indivíduos estão sobrecarregados com as tentativas de ingressar no mercado de trabalho, inseguros com as possibilidades de inadequação em um futuro incerto, incertos sobre suas identidades e em busca de sentimentos de pertença. A partir disso, o autor afirma que as aflições mais comuns dos indivíduos são "não-aditivas", ou seja, não podendo ser somadas a uma causa comum. Sendo assim, os problemas individuais, apesar de semelhantes, não formam uma totalidade e nem se tornam mais fáceis de solucionar integrando-os a ações coletivas. Portanto, o autor afirma que as ações individuais em busca das causas comuns, no contexto moderno, se

limitam à desesperada necessidade de "fazer parte da rede" a fim de se sentirem pertencentes a algo. E, a partir do momento em que essas ações limitarem as liberdades individuais do indivíduo, este deixaria de contribuir com a causa coletiva. A partir disso, o autor conclui que a individualização anuncia problemas para uma política fundada na cidadania, pois, para o autor o poder público está sobrecarregado com as questões individuais, onde

As únicas duas coisas úteis que se espera e se deseja [pelo indivíduo/cidadão] do "poder público" são que ele observe os "direitos humanos", isto é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permita que todos o façam "em paz" – protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus (BAUMAN, 2001, p. 94).

Nesse sentido, é recorrente encontrar na literatura que o arranjo individualista da "sociedade de consumidores" provoca uma desconexão dos indivíduos com os interesses comuns, de igualdade e solidariedade coletiva. Esse discurso é chamado por alguns autores de "críticas apocalípticas ao consumismo" (CANCLINI, 1995; PORTILHO, 2005; WAGNER, 2002). Para Beck (1999), essa concepção ignora a possibilidade de serem fabricados novos compromissos e obrigações sociais, trazendo como exemplo a comoção geral em relação às questões ecológicas. Para o autor, a partir do enfraquecimento político das instituições tradicionais surge nova dimensão do político que chama de "subpolítica". Beck (1999, p. 35) enfatiza que subpolítica "significa moldar a sociedade de *baixo para cima*" (*bottom-up*), onde os grupos que não estavam envolvidos nos processos de decisão encontram crescentes oportunidades de participar do arranjo da sociedade e de reforçar sua voz. Para o autor, a cultura individualizada – principalmente dos países em desenvolvimento e antigos comunistas, que toma formas diferentes – constrói indivíduos informados e confiantes, que migram entre as formas tradicionais institucionais da política e novos locais de atividade e identidade. Esse processo, para o autor, corrobora com a liquidez moderna de Bauman, onde reina o "fim da clareza". A partir disso, "as formas de envolvimento político, protesto e retirada misturam-se em uma ambivalência que desafia as velhas categorias de clareza política" (BECK, 1999, p. 33).

Diante do exposto, é possível observar que os fenômenos que perpassam a fase atual da modernidade alteram os arranjos solidificados de sociedades anteriores. A partir da globalização, da destradicionalização, reflexividade social, declínio político e o

individualismo inseridos nesse contexto, é preciso analisar como funcionaria esses novos arranjos políticos, e como se daria a participação da sociedade de forma democrática. Para Portilho e Castañeda (2009), está ocorrendo a construção de uma nova cultura política baseada na transferência de participação política da esfera pública para a privada. Nesse sentido, muitos problemas coletivos passam a ser enfrentados na esfera individual. A partir disso, as características atribuídas ao consumo como individualismo, insaciabilidade e superficialidade "têm sido contrapostas à observação empírica de processos que associam as práticas de consumo a valores como solidariedade, responsabilidade, participação social e cidadania" (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009).

A partir da mercantilização dos campos sociais e políticos, Milton Santos (2013) afirma que ao se falar de um indivíduo cidadão, enquanto ser político, automaticamente entra a questão do indivíduo produtor e consumidor. Nesse sentido, em um artigo mais recente da autora Portilho com Barbosa *et al.* (2014), as autoras enfatizam que há uma crescente tendência dos consumidores em vincular suas escolhas cotidianas a contextos mais amplos como suas consequências ambientais e sociais. Para as autoras, esse comportamento se trata de uma cidadania restaurada na esfera do consumo, tanto em uma base individual quanto organizada coletivamente, que pode "substituir ou complementar os processos políticos tradicionais e criar novas formas de participação política e cultura política" (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 96 [tradução nossa]). Nesse sentido, sob o aspecto mais abrangente de consumo político, podem ser inseridas a adoção de práticas de consumo classificadas como responsável, ético, consciente e sustentável que buscam solucionar problemas sociais e ambientais por meio de uma politização do consumo (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009).

Além disso, por meio dos bens de consumo e de seu potencial simbólico os indivíduos se expressam como se vêem no mundo, e com o que se identificam. A partir das construções de suas identidades, os indivíduos se auto-identificam com semelhantes, e despertam sentimentos de pertença que unificam grupos culturais. Nesse contexto, surgem sentimentos de solidariedade que impulsionam a vontade de garantir os interesses coletivos dos grupos dos quais se sentem pertencentes (PORTILHO, 2005). Nesse sentido, Portilho e Castañeda (2009) afirmam que é observado um crescimento de movimentos sociais que buscam reconhecimento e legitimidade por meio de novas propostas de consumo justo, equitativo e ecológico. Canclini (1995), em sua obra clássica sobre esses movimentos, que apesar de datada se mostra bastante atual, enfatiza que esse fenômeno está crescendo, pois, a descrença em instituições sociais e o enfraquecimento político instiga a procura por outras maneiras de participar politicamente e reforçar a identidade cultural. Canclini (1995) ressalta que se trata

de uma nova lógica globalizada dos processos culturais e de identidade, construindo novos tipos de comunidades culturais. Razão pela qual seus modelos de reivindicação são comumente chamados de "novos movimentos sociais".

Diante dos processos de globalização, Canclini (2014) reforça que reflexões a respeito da heterogeneidade, da diferença e da desigualdade permeiam o contexto atual. Somado aos avanços tecnológicos, a comunicação entre esses grupos toma uma nova forma. Nesse contexto, as identidades e as comunidades culturais se tornam transterritoriais e multiguísticas, compondo um contexto multicultural de grupos bem informados sobre as condições nacionais e internacionais (CANCLINI, 1995; GIDDENS, 2007). Segundo diversos autores, suas conexões estão cada vez menos ligada aos limites territoriais, se tratando de conexões simbólicas de gostos e identidades culturais. (CANCLINI, 1995; CANCLINI, 2014; ISIN; WOOD, 1999; GIDDENS, 2007). Atualmente, com o surgimento de redes sociais, *smartphones* e outras tecnologias de informação, essa ideia está ainda mais intensificada e atual. Para Canclini (1995, p. 159) trata-se de "*comunidade[s] interpretativa[s] de consumidores*, isto é, conjunto de pessoas que compartilham gostos e pactos interpretativos em relação a certas mercadorias (por exemplo, gastronomia, esportes, música) que fornecem a base para identidades compartilhadas"

Para Canclini (1995), esses grupos compõem uma parte do conceito de "sociedade civil", que define como sendo um termo utilizado para "legitimar as mais heterogêneas manifestações de grupos, organismos não governamentais, empresas privadas e até mesmo indivíduos" (CANCLINI, 1995, p. 29 [tradução nossa]). Além disso, Giddens (2007, p. 17 [tradução nossa]) reforça a importância desses grupos para a ordem democrática, onde

as qualidades democráticas dos movimentos sociais e de grupos de auto-ajuda, em grande parte, vem do fato de que abrem espaços para o diálogo público em relação às questões com as quais se relacionam. Eles podem forçar aspectos do domínio discursivo da conduta social que anteriormente não foram discutidos, ou foram "resolvidos" por práticas tradicionais. Eles podem ajudar a contestar definições 'oficiais' das coisas; movimentos feministas, ecológicos e de paz alcançaram este resultado, assim como uma multiplicidade de grupos de auto-ajuda.

A partir disso, Canclini (1995) alega que o sentido de cidadania jurídico-política está sendo reforçada na noção de cidadania cultural, definidas por questões de raça, gênero e defesa da ecologia, onde o mercado unifica essas formas de participação por meio do consumo. Nesse sentido, os direitos de cidadania da sociedade civil devem estar baseados na participação da decisão de como seus bens de consumo são produzidos, distribuídos e

utilizados (CANCLINI, 1995). Deste modo, o autor sugere reconhecer o papel central da cidadania como estratégia política, a fim de inserir a sociedade civil dentro da ordem democrática, buscando novas formas de legitimidade em um novo arranjo político.

Para isto, Canclini (2014) afirma que a sociedade civil não pode ser reduzida aos interesses comerciais, onde os bens culturais produzidos estão centralizados na lógica de maximização de lucros. Sendo assim, a produção de bens deve partir da compreensão dos aspectos culturais de uma sociedade – considerando seu patrimônio histórico e o que é recebido de outras culturas – de modo que possuam uma distribuição mais justa de recursos e materiais simbólicos, para que possam reconhecer suas diferenças e se relacionar entre si e outros grupos de forma solidária (CANCLINI, 2014). Nesse sentido, Canclini propõe que os processos de produção devem ser direcionados para o interesse dos cidadãos. Deste modo, sua proposta se relaciona com uma percepção mais sustentável e equitativo de se estabelecer os processos produtivos, levando em consideração, em primeiro lugar, o interesse dos consumidores. Associado à políticas públicas acerca da obsolescência percebida, os bens poderiam passar a ser mais significativos e atemporais para seus consumidores.

Nessa lógica, a proposta do consumo político se insere como ferramenta de manifestação dos interesses da sociedade por meio de práticas e escolhas individuais de consumo (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009). Para Portilho e Castañeda (2009, p. 4), "as ações e escolhas mais triviais e cotidianas são percebidas como podendo influenciar rumos globais, ao mesmo tempo em que se tornam globalmente determinadas". Deste modo, os consumidores se tornam cidadãos na tentativa de concretizar os valores em prol de melhorias socioambientais na esfera do consumo. Quando manifestados em uma esfera pública, os indivíduos que compartilhem dos mesmos valores reivindicam, também, soluções e a substituição de certas regras e leis por outras mais efetivas (PORTILHO, 2005).

Para isto, os indivíduos utilizam de táticas como boicotes (recusa coletiva de se consumir bens ou serviços de uma certa empresa), *buycott* (termo em inglês que refere-se, em oposição ao boicote, à opção consciente de compra de produtos e serviços) e racionalização de bens e serviços (automóveis, água, energia, separação de resíduos) como possibilidades de "politização do consumo" (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009). Além disso, existem práticas de cooperativas de consumo, que buscam evitar intermediários de distribuição dos produtos, promovendo o fortalecimento, a participação e o apoio de pequenos produtores. E rotulagens que buscam estimular o consumo de empresas éticas (*buycott*), promovendo, também, boicotes àquelas que agem de forma antiética (PORTILHO, 2005). Essas táticas são encontradas em exemplos históricos desde o século XVII (BRASIL, 2001). Porém, Portilho e

Castañeda (2009) defendem três principais diferenças entre o consumo político atual e o anterior: 1) enquanto anteriormente tratava-se de reações e reivindicações episódicas e pontuais contra exploração, atualmente se constitui uma ação cotidiana de defesa de um modo de vida e, principalmente, de escolha desse modo de vida; 2) as ações atuais compõem uma reinvenção da política, reformulando o campo político, seus temas e atores; 3) a partir de consumidores difusamente politizados, as ações atuais são mais individuais que coletivistas, apesar de ainda contar com o apoio de movimentos sociais institucionalizados.

Além disso, os avanços tecnológicos dos meios de comunicação facilitaram a conexão entre os indivíduos que buscam produtos ecologicamente corretos, alterando sua constituição. Bauman (1998, p. 221) afirma que estamos na "era do 'surto de aconselhamento'" e, nesse sentido, o autor reforça que, diante da incerteza do estilo pós-moderno, os indivíduos constantemente procuram por especialistas da identidade. Ou seja, vivem procurando em revistas, jornais e outros meios, conselhos para se auto-afirmar e trazer sentimentos de adequação por meio do consumo. Do mesmo modo, esses meios de comunicação estão sendo utilizados para recomendar a compra ou boicote de determinadas marcas, sugestões de ação e relatos sobre testes de produtos (SANTOS, 2014). Santos (2014) afirma que, a partir disso, esses meios reforçam manifestações públicas que podem se associar a determinados movimentos e lutas. Movimentos socioambientalistas como Slow Food, Slow Fashion Comunidade que Suporta Agricultura (CSA), são exemplos de organizações que ganharam força a partir dos meios de comunicação, bem como indivíduos difusamente politizados também utilizam desses meios para praticar o consumo político em seus espaços individuais (PORTILHO, 2009). Diante do exposto, Portilho (2005, p. 205) afirma que:

Toda essa discussão indica que as profundas modificações em curso transformam e reconfiguram as formas de sociabilidade, identidade e ação política. Do mesmo modo, a hipótese da politização das práticas de consumo reelabora as possibilidades de luta e participação política, reconfigurando as relações entre as esferas pública e privada. A atividade de consumo e o próprio consumidor podem oferecer importantes possibilidades de constituição de sujeitos sociais ativos e de retorno do cidadão.

Utilizar das táticas de eco-rotulagem, bem como incentivar boicotes para pressionar empresas antiéticas, foram estratégias para se alcançar o consumo verde e o consumo sustentável. Porém, nas lógicas dessas propostas, as táticas se limitaram a uma transferência de responsabilidade do Estado e do mercado para os consumidores. Na lógica do consumo político, dos movimentos sociais e dos movimentos de consumidores, os interesses éticos e

ambientalmente responsáveis partem dos próprios indivíduos, se tratando de uma auto atribuição das responsabilidades (PORTILHO, 2005). Nesse sentido, trata-se de tomadas de decisão de baixo para cima, podendo consistir na proposta de uma sub-política, como observado por Beck (1999) e Giddens (2007). Porém, as responsabilidades individuais dos consumidores devem ser articuladas conjuntamente com o papel estatal e do mercado na promoção de políticas públicas e melhorias dos processos produtivos em direção à sustentabilidade. A partir daí, então, é que esse cenário pode promover autonomia e participação política aos consumidores de forma emancipatória (PORTILHO, 2005).

Contudo, é preciso aprofundar as discussões sobre os obstáculos que a proposta de consumo político pode enfrentar. As questões relacionadas às comunicações – sejam internas aos movimentos ou deles com o meio externo – se mostram um tanto complexas. Com frequência é afirmado que esses movimentos agem a partir de temas específicos, buscando a resolução de problemas pontuais e esporádicos (BAUMAN, 1999; SANTOS, 2013; WAGNER, 2002; BECK, 1999). Deste modo, essas ações podem vir a ser utilizadas como ferramenta para alcançar interesses que não necessariamente dizem respeito ao bem comum. Além disso, questiona-se se eles podem vir a trazer a mudanças estruturais e significativas no sistema social e político. Bauman (2001) e Santos (2013) não acreditam na efetividade dessas ações pontuais organizadas de questão em questão. Para Wagner (2002, p. 49), elas parecem "não possuir intensidade capaz de levar à 'condensação de comunicação' entre os temas isolados". Além disso, Portilho (2005) afirma que a inefetiva comunicação desses movimentos com uma macro esfera pública é um dos principais problemas para a "politização do consumo", tendo em vista que os sinais enviados aos produtores são politicamente difusos e deixam os consumidores dependentes do "conhecimento de especialistas e os mecanismos de mercado" (HALKIER, 1999, *apud* PORTILHO, 2005, p. 215). Diante disso, Canclini afirma que, para que o consumo possa ser articulado como um exercício de cidadania, deve-se obter os seguintes requisitos:

- a) Uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativas da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável sobre a qualidade dos produtos, com controle efetivo exercido pelos consumidores e capacidade de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política de onde se organizam os consumos: da qualificação sanitária dos alimentos à concessões de frequências de rádio e televisão, desde julgamento dos especuladores que escondem produtos de primeira necessidade àqueles que administram informações importantes para tomada de decisões (1995, p. 52 [tradução nossa]).

Diante do exposto, o consumo político constitui uma visão ou proposta alternativa que integra a proposta do consumo sustentável, considerando os obstáculos deste para trazer mudanças consistentes em direção à sustentabilidade. O consumo político busca superar o consumo verde e o sustentável por considerar o comportamento dos indivíduos e como eles estão inseridos nos novos arranjos culturais e sociais pós-modernos. Seu objetivo principal, como exposto, é reestruturar a ideia de cidadania, bem como de solidariedade, encontrando novas perspectivas de inserção do indivíduo no arranjo político. A partir do consumo e dos processos de construção de identidade, vem surgindo novas formas de participação “de baixo para cima”, influenciando nos processos de tomada de decisão. Contudo, "as ações individuais não são necessariamente o espaço onde mudanças profundas nos padrões de consumo devem ser operadas, sem uma pressão vinda das organizações sociais e das instituições políticas eleitas democraticamente" (PORTILHO, 2005, p. 217). A partir disso, as políticas públicas, como sugerido por Canclini (1995; 2014), podem ser direcionadas com melhor especificidade levando em consideração a existência dos novos arranjos sociais, com relação à identidade, cultura e movimentos sociais.

CAPÍTULO III

CONSUMO POLÍTICO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Como pôde ser observado, as discussões acerca da natureza do consumo contemporâneo e da necessidade de mudanças para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis é uma agenda recente que apenas na década de 90 entrou propriamente nos debates internacionais. Sendo assim, há ainda uma série de obstáculos a serem investigados de modo a garantir que a proposta atinja medidas efetivas em busca de uma sociedade sustentável. A complexidade dos elementos que perpassam a esfera do consumo, como vimos, estão inseridas em diferentes campos do conhecimento, na interseção entre questões físicas, econômicas e sociais. Diante à ênfase voltada principalmente para os aspectos técnicos físicos e econômicos, a introdução dos aspectos sociais na discussão está no início do seu desenvolvimento. Apesar de Zygmund Bauman não adentrar as questões ambientais, suas obras têm muito a contribuir para se repensar, além de diversos outros aspectos da sociedade moderna, os níveis e padrões de consumo atuais, com importantes lições para pensar-se sua sustentabilidade. Os elementos da obra do autor se refletem na compreensão da natureza e das possibilidades de soluções dos problemas ambientais e da sustentabilidade, ainda que não tenham sido elaborados para tal propósito.

O papel do consumo é central nas relações sociais da sociedade de consumidores. Ao mesmo tempo, seus níveis e padrões são grandes responsáveis pela crise ambiental atual. Portanto, pensar o que move o consumo e o que ele implica nos aspectos sociais é essencial para se encontrar soluções sustentáveis. Bauman constantemente dialoga com as insustentabilidades presentes nos padrões de consumo, ainda que não trate explícita e diretamente com profundidade da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, podemos identificar três principais elementos da obra de Bauman que conectam e qualificam seu pensamento como de relevante contribuição para a temática do consumo sustentável:

1. a maneira como a sociedade de consumidores líquido-moderna estabelece a prática de consumo não só como pilar da reprodução econômica, mas também como nexo estruturante na sociabilização de seus membros e que, simultaneamente e por esta razão, produz uma lógica de consumo efêmera e líquida que se esvai de modo a continuar se reproduzindo.

2. o fato das práticas e relações de consumo possuírem o papel determinante para a auto-identificação e relações de pertencimento, que torna o padrão de consumo um fato social, cultural e político, e que permite compreender alguns limites do Consumo Sustentável que, para provocar uma transformação efetiva, deve transcender o consumo verde, bem como as abordagens clássicas do próprio consumo sustentável, direcionando seus esforços em prol da agenda do consumo político.
3. a conceituação de Bauman que enfatiza o embaçamento das relações entre sujeito e objeto de consumo, onde o consumidor também se torna objeto, uma mercadoria vendável, contribui para um importante aspecto da busca por uma sociedade sustentável: o fato de que uma política de inclusão distributiva (como a proposta da renda básica) ao invés de fomentar a lógica do padrão de consumo, seria libertadora em relação a esta, permitindo o estabelecimento de padrões sustentáveis.

Vejamos tais aspectos e seus desdobramentos.

Questões sobre durabilidade, excesso e desperdício são ligadas às causas dos problemas que estamos diante. Como vimos, para Bauman (2008), o que difere de forma mais drástica a sociedade de consumidores de sua antecessora é justamente os valores vinculados à duração. Enquanto na modernidade sólida os valores que determinavam o estilo de vida dos indivíduos estavam centrados na estabilidade, segurança e ordem através de bens duráveis que deveriam permanecer intactos, na modernidade líquida esses valores foram completamente alterados, onde o efêmero passou a ser determinante. Nesse sentido, as concepções da modernidade atual se desvincularam da segurança e os indivíduos precisaram se adaptar à necessidade de ser flexível em um contexto onde a incerteza é intrínseca. Os membros da sociedade de consumidores devem estar disponíveis para a qualquer momento se desfazer de sua “bagagem”, não cabendo o planejamento a longo prazo, para não correr o risco de perder oportunidades imediatas da cultura agorista (BAUMAN, 2008).

Além disso, há também uma obsolescência embutida nas práticas de consumo, originada a partir da busca de satisfação dos desejos emergentes que nunca serão completamente satisfeitos. Tendo em vista que o acúmulo não é favorável na modernidade líquida, os indivíduos estão constantemente substituindo seus bens não-duráveis a fim de abrir espaço para a tentativa de satisfazer novos desejos. Somado a isso, com a necessidade de se estar adequado ao contexto inserido, em um ambiente instável, mutável e líquido: os indivíduos, como vimos, devem moldar e podar suas identidades com frequência a fim de não

se tornarem defasados. Para suprir as “necessidades” desse contexto, a lógica da produção na cultura consumista deve ser excessiva. Com enfoque na alta demanda, a esfera produtiva tende a excedê-la na tentativa de produzir novidades, para só depois encontrar suas aplicações (BAUMAN, 2008). Nesse contexto, o autor afirma que produtos são descartados antes mesmo de serem utilizados. Além disso, toda a necessidade de descarte e substituição dos bens para sanar desejos e para fins de adequação contribui para uma grande produção de resíduos. A “economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alta quanto mais o dinheiro muda de mãos; e sempre que isso acontece, alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo” (BAUMAN, 2008, p. 51). Todo esse cenário contribui para o argumento do autor de que a cultura consumista se baseia em excessos e desperdícios.

Em uma entrevista para o Observatório da Imprensa, Bauman (2015) enfatiza a insustentabilidade presente nessa lógica. Com poucas referências à sustentabilidade propriamente dita, essa é uma das poucas vezes que o autor afirma que estamos vivendo na conta de nossos filhos, netos e bisnetos, privando-os de parte da vida deles. Além disso, ressalta que há limites, no nosso planeta, para uma lógica de produção infinita. Deste modo, o autor afirma que duas concepções estão erradas em nossa sociedade: o conceito de qualidade de vida; e a noção da resolução de problemas. Para o autor, os indivíduos modernos acreditam que todos os caminhos para a felicidade são através de compras. Além disso, enfatiza que, do ponto de vista macro, há uma noção de que todos os tipos de problemas sociais são solucionados com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e que, qualquer que seja o problema, a reação é "devemos produzir mais". Para o autor, temos de promover, tão fortemente quanto formos capazes, que as duas premissas são insustentáveis. E conclui que devemos aprender novas maneiras de reagir aos problemas e de perseguir a felicidade.

Além disso, Bauman (1998) também traz objeções a respeito da alternativa de reestabelecer os alicerces da cidadania nas práticas de consumo. Para o autor, essa perspectiva desconsidera algumas questões básicas dos processos de construção de identidade. Bauman (1998) afirma que, na modernidade liquefeita, os indivíduos estão constantemente aflitos e atentos para a construção da identidade individual que nunca se completa. Segundo o autor, os projetos de vida individuais na modernidade são flutuantes e não encontram terreno estável; e nem devem encontrar, uma vez que ser flexível é favorável para se adaptar a um contexto efêmero, passageiro e mutável. A partir disso, os processos de construção de identidade estão sempre se reconstruindo a fim de sanar as inseguranças de

inadequação. Nesse contexto, Bauman (2001, p. 97) afirma que reestabelecer a cidadania diante da instabilidade desse processo

(...) só pode criar 'comunidades' tão frágeis e transitórias como emoções esparsas e fugidias, saltando erráticamente de um objetivo a outro na busca sempre inconclusiva de um porto seguro: comunidades de temores, ansiedades e ódios compartilhados — mas em cada caso comunidades “cabide”, reuniões momentâneas em que muitos indivíduos solitários penduram seus solitários medos individuais.

Para o autor, as perspectivas de que os atores individualizados venham a se tornar cidadãos são nebulosas. Ainda assim, ele não descarta a necessidade de restaurar o espaço público/privado perdido e reforça que se deve buscar o renascimento da cidadania e da república (BAUMAN, 2000). Contudo, Bauman (2000, p. 185) afirma que isso apenas é possível "na companhia de pessoas confiantes, pessoas livres de medo existencial - pessoas seguras". Isso se dá pois, com as incertezas e inseguranças promovidas pela sociedade líquido-moderna, não sobra tempo para lidar com questões da esfera coletiva (BAUMAN, 2001). E buscar alternativas para a cidadania no campo da identidade não sana essas incertezas, pelo contrário, pode vir a fornecer mais razões para sua continuidade (BAUMAN, 2000).

Além disso, Bauman questiona se essa proposta é capaz de "estabelecer os alicerces da solidariedade social quanto as 'formas tradicionais'" da política institucional (BAUMAN, 2008, p. 185). Para o autor (2008), comunidades culturais representam apenas uma pequena parcela de interesses e valores, sendo um eleitorado muito menor que a de um político eleito. Pois, apesar de serem estruturados de forma transnacional, os interesses na esfera local se dão de forma muito heterogênea às lutas buscadas na esfera global. Deste modo, como afirma Milton Santos (2013), "é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial". Como visto anteriormente, essas comunidades se colocam no contexto global de forma multicultural. Contudo, para Bauman (2000 p. 200), essa lógica "elimina *a priori* a possibilidade de comunicação e intercâmbio culturais de modo mutuamente sensível e benéfico" fadado a que "as culturas se enclausurem em suas respectivas defesas comunais". Sendo assim, para o autor, a teoria dos novos movimentos sociais entra em contradição quando reconhece o cidadão como principal agente público, desconsiderando o papel do Estado em regular a coexistência das comunidades.

Nesse ponto, Bauman demonstra se afastar de abordagens estritamente “*bottom-up*”, que enfatizem o protagonismo do ativismo social em detrimento de um insubstituível papel

do Estado, como se observa inclusive em várias abordagens acerca da sustentabilidade e do ambientalismo.

Contudo, não é a rigor o que se passa com abordagens aqui identificadas como no campo do Consumo Político. Reestruturar os pilares da cidadania nas práticas de consumo não se trata de descentralizar os poderes políticos do Estado e centralizá-los na sociedade civil. A proposta de consumo político consiste em integrar as necessidades das comunidades culturais com políticas multilaterais de regulação (PORTILHO, 2005). Nesse contexto, trata-se, como afirma Beck (1997), de uma tomada de decisão de baixo para cima. Mas ainda caberia ao poder estatal implementar políticas públicas e leis que incorporem as reivindicações dos novos movimentos sociais, bem como regulem a coexistência de interesses tendo em vista suas multiplicidades, adequando-os à realidade e limite de seu território. Deste modo, como vimos, o principal obstáculo para a institucionalização de uma proposta como o consumo político seria a ineficiência da comunicação interna aos grupos culturais e deles para com o meio externo, a fim de condensar e apresentar com clareza as necessidades específicas de cada comunidade. Essa questão, portanto, deve se atenuar a partir da aplicação dos requisitos apresentados por Canclini (1995), expostos no Capítulo II, quais sejam, um acesso democrático e equitativo à informação, bem como a participação da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica e jurídica.

Porém, um importante aspecto que a proposta da reestruturação da cidadania a partir das práticas de consumo e construções de identidade desconsidera é o aumento considerável de indivíduos que compõem a "subclasse". "A economia em rápida globalização e cada vez mais extraterritorial produz sabidamente diferenças sempre maiores de riqueza e de renda entre os setores abastados e depauperados da população mundial e em cada sociedade" (BAUMAN, 2000, p. 177). Sabe-se que a proposta do consumo político se baseia em seus potenciais simbólicos de transmitir as identidades individuais, construindo, assim, grupos culturais que se auto-identificam. Nesse sentido, essa alternativa desconsidera que os indivíduos sem recursos para consumir continuam marginalizados na construção de suas identidades e, conseqüentemente, em seus direitos de cidadania. De fato, os novos movimentos englobam os direitos de minorias com pouco poder de compra e acesso, mesmo que ínfimo, às informações. Contudo, existem também esses indivíduos sem acesso algum a esses artifícios.

Milton Santos (2013) também traz outra perspectiva quanto aos sujeitos marginalizados, ao tratar da vivência de indivíduos rurais. Para o autor, "a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. Quanto mais longe dos centros do

poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz" (SANTOS, 2013, p. 174). A partir disso, Santos (2013) afirma que ao se levar em consideração as localizações individuais, a participação individual na vida social não influencia a corrente dos acontecimentos globais de forma homogênea. Sendo assim, para Bauman (1999, p. 108) "a hibridização cultural dos habitantes globais pode ser uma experiência criativa e emancipadora, mas a perda de poder cultural dos habitantes locais raramente o é". Nesse contexto, apenas uma abordagem que integre a totalidade social "pode permitir uma interpretação multilateral das realidades locais" (SANTOS, 2013). Tendo em vista que, ao longo da evolução das discussões sobre os problemas ambientais, frequentemente foram contrapostos argumentos de acesso e impactos desiguais dos padrões de produção e consumo; e que a proposta de consumo verde e consumo sustentável não foram tão bem sucedidas em sanar essa questão, é interessante partir de uma proposta que tome esse aspecto como central. Deste modo, com as questões de acesso, justiça e equidade estabelecidas, os esforços se direcionariam para a busca coletiva de uma sociedade sustentável e solidária.

Nesse contexto, Bauman (2000) sugere a proposta de "renda básica" de Claus Offe a fim de garantir o que, para ele, é um requisito mínimo para a restauração da república e da cidadania: que os indivíduos sejam libertos das inseguranças e incertezas da sociedade de consumidores. Segundo o autor (2000, p. 190), "conquistar o ingresso no mercado, o acesso à aquisição e consumo de mercadorias, é a única maneira de continuar vivo". A partir disso, aplicar a lógica da renda básica, garante estabilidade e segurança aos indivíduos. Com destaque central para restaurar as condições básicas de cidadania e república, essa proposta permitiria que os indivíduos se dedicassem a práticas em prol do bem comum (BAUMAN, 2000). Para o autor, esse princípio reintroduziria padrões morais, ao substituir a lógica da competição pela participação. Nesse contexto, o consumismo pode passar a ser visto como estilo de vida, não mais como uma necessidade existencial. Contudo, diante da necessidade de uma instituição republicana internacional para tal implementação, Bauman (2000, p. 194) lamenta que "há poucos sinais a indicar que algo como um novo espírito internacionalista esteja de fato surgindo".

Ainda que não seja visível algo como um "governo do mundo", e que, mesmo existindo, não haveria garantia de este se dispusesse ou pudesse implementar um programa global de renda mínima, não podemos negar a existência de importantes avanços nos mecanismos de "governança global", e dentre eles a agenda ambiental, que além de sua própria agenda também alavanca o conceito de sustentabilidade como estruturante e integrador das demais agendas.

Por se tratar de uma obra datada, essa visão de Bauman não engloba a força que agendas ambientais estão tomando a partir de conferências e seus instrumentos, como a Rio-92, a Agenda 21, o Processo de Marrakesh, a Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS. O conceito de "Governança Global", como visto anteriormente, foi um tema central nas discussões mais recentes da Rio+20 e busca justamente integrar atores estatais, privados e civis para promover políticas públicas participativas internacionais (JACOBI, 2012). Nesse sentido, destaca-se nos debates o reconhecimento da necessidade de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades, ressaltados nos objetivos 1 e 10 da Agenda 2030, respectivamente. Contudo, ainda é preciso aprofundar as análises sobre a diversidade de instituições que podem ou poderão contribuir efetivamente para uma governança dos recursos naturais em diferentes níveis e escalas, que não foram debatidas com a propriedade necessária na Rio+20 (OLIVEIRA, 2012).

Além disso, a ideia de Bauman em se promover uma inclusão social distributiva por meio da proposta da renda básica, a fim de reestabelecer os alicerces da cidadania e da república, pode suscitar objeções. Em princípio, essa lógica acarreta a conclusão de que, ao promover tal garantia, mais indivíduos seriam inseridos no mercado consumidor e nas práticas de consumo, e que, conseqüentemente, se ampliaria os níveis de consumo, bem como de pessoas aprisionadas na lógica consumista. Porém, Bauman (2001) argumenta que, pelo contrário, a renda e o acesso ao consumo seriam libertadores, tendo em vista que sanaria as principais causas das incertezas e inseguranças que permeiam a vida do indivíduo moderno-líquido, centradas na inserção do mercado de trabalho, na garantia de estabilidade de renda diante da flexibilização e de um futuro instável.

Os elementos dessa proposta se inserem em um antigo debate ambientalista com relação à inserção de indivíduos nos mercados de consumo, e traz uma importante contribuição e uma nova perspectiva acerca dessa discussão. A partir de ideias neomalthusianas, das décadas de 60 e 70, amplamente disseminadas a partir de livros como *Limits to Growth*, elaborado pelo MIT, era enfatizado que a capacidade de suporte ecológico do planeta Terra estaria ameaçada pelo crescimento tanto da população quanto da economia, pois o aumento progressivo de indivíduos consumindo conduziria ao colapso ambiental. Nesse sentido, a visão neomalthusiana se opunha à lógica de inserção de indivíduos, consumidores, nas práticas de consumo, pois, tendo em vista os limites de recursos naturais não-renováveis, o planeta não suportaria mais integrantes que fizessem parte dessas práticas de consumo insustentáveis.

Nessa mesma época, Celso Furtado (1974), traz uma grande contribuição a partir de uma linha de argumentação que buscava contestar essa posição. Em sua obra "O Mito do Desenvolvimento", o autor desenvolve a relação de dependência dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento. Para tal, Furtado argumenta que as práticas de consumo das sociedades afluentes baseavam-se na exploração estrutural desigual da mão de obra e dos recursos naturais dos países periféricos. Nesse sentido, o autor apresenta que a proposta de desenvolvimento dos países periféricos que se fundava em alcançar as práticas de consumo da elite, baseava-se, sobretudo, em um "mito". Sendo assim, o modelo de desenvolvimento afluente era inalcançável, por se centralizar nessa relação de dependência com a necessária existência de países periféricos fornecendo suas necessidades básicas. A partir disso, para Furtado, a superação das relações de dependência e subdesenvolvimento deveriam passar por uma ruptura política com os padrões de consumo da elite, bem como pela inclusão social, estabelecendo um padrão de consumo mais igualitário e não conspícuo.

Em sua obra, Furtado também dialoga com a obra *Limits*, e enfatiza que, apesar de sua grande relevância em trazer a perspectiva de limites ecológicos ao crescimento econômico, a obra se equivoca, pois, para o autor, antes que a dimensão ambiental estabelecesse limites ao crescimento e desenvolvimento, fatores de desigualdade e exclusão econômica o fariam. Nesse sentido, o autor critica a generalização dos cenários insustentáveis projetados pelo relatório do MIT, uma vez que desconsiderava as contribuições desiguais das nações quanto aos impactos ambientais. Deste modo, Furtado busca argumentar a necessidade de ruptura da condição de dependência de um país periférico, que se daria justamente a partir da inclusão social, com a ampliação de um consumo não conspícuo e generalizável para um maior conjunto da população. Nessa lógica, as perspectivas do autor para a consecução de uma sociedade sustentável, se dariam, não pela exclusão ou restrição do consumo, mas pela sua inclusão, por bases mais equitativas e passíveis de generalização social.

A partir de outro raciocínio, Bauman conduz a conclusões convergentes. Ao se dedicar a interpretar a natureza líquida da modernidade, o autor converge com Furtado que buscava compreender as razões do subdesenvolvimento e sua superação. Ainda que nem Bauman e nem Furtado se orientaram a partir do debate ambiental e da sustentabilidade, ambos apontam para o padrão de consumo como elemento central para a manutenção de seus aspectos negativos, de modo que sua superação se daria, de modo apenas aparentemente paradoxal, pela inclusão social na esfera do consumo, e não por sua exclusão. Nesse sentido, ao invés de reforçar as lógicas do padrão de consumo atual, a inclusão social contribuiria para suas mudanças. Deste modo, essas mudanças, argumentadas por ambos os autores sob

diferentes perspectivas, seriam em direção a um padrão de consumo cidadão e equitativo social e ambientalmente. Ou seja, um Consumo Sustentável.

CONCLUSÃO

A emergência de se compreender os aspectos socioculturais da sociedade de consumidores está inserida em debates paralelos ao discurso hegemônico internacional sobre sustentabilidade. Tendo em vista que as discussões estão tratando as perspectivas de PCS principalmente pelo viés produtivo, os padrões e níveis de consumo estão deixando de ser questionados em detrimento de propostas que visam apenas alterar sua lógica. Nesse sentido, medidas são tomadas a partir de visões tecnológicas e econômicas. As políticas públicas são direcionadas para promover inovações tecnológicas eco-eficientes, bem como utilizam de eco-taxas e eco-rotulagens a partir de lógicas neoliberais (COHEN, 2001). Porém, a compreensão de aspectos socioculturais da sociedade se faz necessária para propor mudanças nos padrões de consumo e contribuir para uma solução efetiva dos problemas ambientais. A partir disso, as obras de Bauman puderam esclarecer algumas interpretações acerca do papel do consumo para a sociedade de consumidores. Ao investigar sobre as razões das práticas de consumo na modernidade líquida, o autor levanta algumas questões acerca das insustentabilidades presentes nessas práticas, bem como ressalta o papel do Estado nesse relacionamento entre consumidor e mercado.

Nesse contexto, trazendo questões como a efemeridade e características do consumismo necessariamente ligadas ao excesso e desperdício, o autor com frequência dialoga com a insustentabilidade. Além de enfatizar os altos níveis de produção, ele também traz uma nova perspectiva sobre a obsolescência, uma vez que esta não está apenas presente nas lógicas de produção de bens de consumo, mas também na própria psique dos consumidores. O autor aborda, também, as inseguranças intrínsecas ao modelo socioeconômico vigente, onde os indivíduos devem estar em constante alerta diante da flexibilidade, do incerto e do efêmero. Nesse sentido, devem estar sempre consumindo para se adequar e garantir sua comodificação. Deste modo, mudanças frequentes e instáveis do contexto moderno exigem que as práticas de consumo sejam tão frequentes quanto, de modo a estar sempre adequado e permanecer uma mercadoria vendável.

Além disso, o autor traz contribuições a respeito da proposta de consumo político. Visão centrada na construção das identidades e na restauração da cidadania por meio do consumo, é criticada pelo autor por originar comunidades frágeis e transitórias, não devendo ser tratada com centralidade nos arranjos políticos. Isto porque, diante do individualismo, os indivíduos estão sobrecarregados com as tentativas de ingressar no mercado de trabalho, inseguros com as possibilidades de inadequação em um futuro incerto, incertos sobre suas

identidades e em busca de sentimentos de pertença. Nesse sentido, a partir do momento que ações coletivas entrassem em conflito com seus interesses individuais, os indivíduos deixariam de contribuir com a causa coletiva. Além disso, o autor afirma, também, que essa proposta não sanaria as incertezas e inseguranças fruto do consumismo na sociedade moderno-líquida, pelo contrário, poderia vir a fornecer mais razões para sua continuidade.

Nesse sentido, Bauman (2015) enfatiza a necessidade de se promover, tão fortemente quanto somos capazes, que a premissa de que todos os caminhos para a felicidade são através de compras é insustentável, e que devemos aprender novas maneiras de perseguir a felicidade. Sendo assim, uma proposta que enfatize as práticas de consumo como soluções políticas, sociais e ambientais pode ser controversa. Ao mesmo tempo que considera o importante papel do consumo na sociedade de consumidores, usando-o a favor de ideais sustentáveis, pode centralizar ainda mais o consumo na vida cotidiana do indivíduo, reforçando inseguranças que ele provoca, bem como pode resultar em ações coletivas superficiais que se baseiam apenas à desesperada necessidade individual de "fazer parte da rede". Contudo, inserindo a sociedade civil nas tomadas de decisão com relação a como seus bens de consumo são produzidos, distribuídos e utilizados, como proposto por Canclini (1995), levando em consideração, em primeiro lugar, o interesse dos consumidores, os bens poderiam passar a ser mais significativos e atemporais, atingindo problemas de obsolescência percebida e embutida. Além disso, essa proposta considera a importância, enfatizada por Bauman (2000), de que os indivíduos apenas são cidadãos livres de fato se inseridos nas tomadas de decisão.

Deste modo, o consumo político pode ser considerado uma alternativa viável, mas ainda possui muitos aspectos a serem aprofundados. É preciso que se investigue seus efeitos nos níveis e padrões de consumo da sociedade, bem como aprofunde os limites e oportunidades dos meios de comunicação para que seja bem articulado. Além disso, e principalmente, para uma implementação efetiva, justa e equitativa, é preciso que se considere a existência cada vez mais crescente de consumidores falhos que compõem a subclasse, bem como de indivíduos locais distantes das produções de informações globais. Nesse sentido, é preciso que o Estado seja ente social e promova estabilidade a todos os indivíduos equitativamente.

Bauman (2000) sugere a proposta de "renda básica", que eliminaria as inseguranças dos indivíduos, bem como solucionaria problemas de pobreza estrutural e alteraria a natureza do Estado, de modo a se tornar agente em prol dos interesses de todos os cidadãos. Essa proposta poderia ser implementada por uma lógica de Governança Internacional, mas que

também há muito a se aprofundar sobre a diversidade de instituições que podem contribuir em diversas escalas e níveis. Além disso, estaria sujeita ao velho dilema sobre os limites do planeta. Por um lado, garantir que todos os indivíduos sejam inseridos nas práticas de consumo, poderia provocar uma rápida depleção dos recursos naturais, como propõe autores neomalthusianos. Por outro, a partir de uma outra linha argumentativa, converge com a proposta de Celso Furtado (1974), onde a inclusão social na esfera do consumo, ao invés de reforçar o padrão de consumo moderno, promoveria transformações significativas em direção à um padrão de consumo cidadão e equitativo, tal como esperamos de uma efetiva proposta de Consumo Sustentável.

Sendo assim, estabelecer o relacionamento entre consumo e meio ambiente envolve diversas complexidades. Por ser uma prática central para um bom funcionamento do sistema socioeconômico vigente, também possui resistências em ser lidado pelos tomadores de decisão. Por se tratar de um debate devidamente inserido nos debates internacionais apenas na década de 90, ainda há muito o que se avançar, de modo a integrar adequadamente o papel estatal, do setor privado e da sociedade civil de forma democrática. Ainda assim, é uma importante perspectiva que vem sendo abordada, investigada e enfatizada como uma abordagem essencial para se alcançar uma sociedade realmente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Maurício. Economia Verde e Rio+20: recortando o desenvolvimento sustentável. *Necat*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.26-41, jun./dez. 2012.

BARBOSA, Livia *et al.* Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. *Journal Of Cleaner Production*, [s.l.], v. 63, p.93-101, jan. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.08.044>.

BAUMAN, Zygmund. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Opinião Pública, Conhecimento, Internet, Consumo e Política. [s.l.]:

Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=SqnmwlawhWM&t=2529s>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997. p. 11-71.

BRASIL. **Consumo sustentável**: manual de educação. Brasília: Consumers International, MMA, MEC, IDEC, 2001. 160 p.

_____. **Processo de Marrakesh**. [s.l.]: Ministério do Meio Ambiente, 201-.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores y ciudadanos**: conflictos multiculturales de la globalización. Miguel Hidalgo: Grijalbo, 1995.

_____. **Imagined Globalization**. Durham: Duke University Press, 2014.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

COHEN, Maurie J.. The Emergent Environmental Policy Discourse on Sustainable Consumption. In: COHEN, Maurie J.; MURPHY, Joseph. **Exploring Sustainable Consumption: environmental policy and the social sciences**. Oxford: Pergamon, 2001. p. 21-37.

COHEN, Maurie J.; MURPHY, Joseph. **Exploring Sustainable Consumption: environmental policy and the social sciences**. Oxford: Pergamon, 2001.

DOUGLAS, Mary. **In the Active Voice**. Oxford: Routledge, 2011.

GASPER, Des *et al.* The Framing of Sustainable Consumption and Production in SDG 12. **Global Policy**, Durham, v. 10, n. 1, p.83-95, jan. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **Beyond Left and Right: the future of radical politics**. Cambridge: Polity Press, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ISIN, Engin F.; WOOD, Patricia K.. **Citizenship and Identity**. London: Sage Publications, 1999.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 17, n. 6, p. 1469-1478, jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012000600011>.

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002. p. 21-101.

OLIVEIRA, Jose A. Puppim de. Rio+20: What we can learn from the process and what is missing. **Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.492-507, set. 2012.

PAAVOLA, Jouni. Economics, Ethics and Green Consumerism. In: COHEN, Maurie J.; MURPHY, Joseph. **Exploring Sustainable Consumption: environmental policy and the social sciences**. Oxford: Pergamon, 2001. p. 79-94.

PNUD. Plataforma Agenda 2030. [s.l.]: PNUD e Ipea, 201-.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. Consumo e política: neo-modernismo e reflexividade social. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Grupo de Trabalho**. Rio de Janeiro: 2009. p. 1 - 20.

_____. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p.199-224, out. 2009.

_____. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.
SANTOS, Djalma Eudes dos. Sobre as possibilidades de ação política na esfera do consumo. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, p. 201-211, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000500021>.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 224 p.

UNEP. **Frequently Asked Questions: The Marrakech Process**. [s.l.]: Unep, 2009. Disponível em: <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. **Task Force On Sustainable Lifestyles**. Unep, 200-a. Disponível em: <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/pdf/SLT%20Report.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. **Sustainable Lifestyles Innovations: Brief Why do we need Sustainable Lifestyles?**. Unep, 200-b. Disponível em <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/downloads/home/english/SLT%20Innovations%20Brief.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. **Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. Unep, 2002. Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Plano_de_Implementacao_de_Johannesburg.pdf> Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. **Paving the way for Sustainable Consumption and Production: the Marrakech Process Progress Report**. [s.l.]: Unep, 2011. Disponível em: <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/Marrakech%20Process%20Progress%20Report%20FINAL.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2019

WAGNER, Leonie. Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso. **Civitas**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.29-53, jun. 2002.